

XP Investimentos S.A.

(Atual denominação social da XP Controle 2
Participações S.A.)

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
referente aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais	1
Demonstrações de resultados	2
Demonstrações de resultados abrangentes	3
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstrações dos fluxos de caixa	5
Demonstrações do valor adicionado	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
XP Investimentos S.A. (Atual denominação social da XP Controle 2 Participações S.A.)
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da XP Investimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como "Controladora" e "Consolidado", respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da XP Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 04 de maio de 2016 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da XP Investimentos S.A. (atual denominação da XP Controle 2 Participações S.A.) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.2, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir reclassificações descritas na referida nota explicativa. Consequentemente, nossa opinião considera essas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

XP Investimentos S.A.
 Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades		443	-	27.600	6.609
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		6.462	-	1.368.218	796.188
Ativos financeiros mantidos para negociação		6.462	-	1.331.258	796.188
Instrumentos de dívida	8a	6.462	-	960.813	690.318
Instrumentos de patrimônio	8a	-	-	248.092	63.449
Instrumentos financeiros derivativos ativos	9	-	-	122.353	42.421
Ativos financeiros disponível para venda		-	-	36.960	-
Instrumentos de dívida	8a	-	-	36.960	-
Empréstimos e recebíveis		10.603	27.864	1.728.817	1.484.122
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	10.603	27.709	624.790	330.565
Negociação e intermediação de valores	17	-	-	1.083.706	1.140.713
Rendas a receber	10	-	155	20.321	12.844
Investimentos	14	380.980	274.922	-	-
Imobilizado de uso	15	-	-	18.918	14.259
Intangível		-	-	127.227	11.412
Ativo fiscal diferido		-	-	84.385	100.546
Outros ativos		27.425	6	115.632	76.612
Impostos e contribuições a compensar	11	591	6	29.037	18.080
Despesas antecipadas	12	-	-	46.969	17.372
Outros ativos	13	26.834	-	39.626	41.160
Total do ativo		425.913	302.792	3.470.797	2.489.748
Passivo					
				Controladora	Consolidado
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivos financeiros mensurados ao valor justo		-	-	303.032	110.832
Passivos financeiros mantidos para negociação		-	-	303.032	110.832
Instrumentos financeiros derivativos passivos	9	-	-	162.359	36.552
Credores por empréstimos de ações	8	-	-	140.673	74.280
Passivo financeiro ao custo amortizado		-	-	2.344.964	1.824.888
Obrigações por operações compromissadas	16	-	-	715.905	291.055
Negociação e intermediação de valores	17	-	-	1.629.059	1.533.833
Outros passivos financeiros		30.275	45	203.777	64.771
Fornecedores		81	45	38.482	17.537
Obrigações sociais e estatutárias		29.800	-	96.808	32.050
Obrigações fiscais e previdenciárias	18	394	-	21.448	9.023
Outros passivos	19	-	-	47.039	6.161
Provisões		-	-	2.640	2.087
Provisões e contingências passivas	24	-	-	2.640	2.087
Total do passivo		30.275	45	2.854.413	2.002.578
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	22	395.638	302.747	395.638	302.747
Capital social		85.810	21.923	85.810	21.923
Reservas de capital		97.361	48.508	97.361	48.508
Reserva de lucros		7.255	13.404	7.255	13.404
Ajuste da avaliação patrimonial		205.212	218.912	205.212	218.912
Participação dos não-controladores		-	-	220.746	184.423
Total do Patrimônio líquido		395.638	302.747	616.384	487.170
Total do passivo e Patrimônio líquido		425.913	302.792	3.470.797	2.489.748
Patrimônio líquido atribuível a:					
Acionistas controladores		395.638	302.747	395.638	302.747
Acionistas não controladores		-	-	220.746	184.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

XP Investimentos S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais exceto lucro por ação e número de ações)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas Operacionais Líquidas	25	2.718	264	661.162	419.822
Custos Operacionais	26	-	-	(193.049)	(133.723)
Resultado operacional Bruto		2.718	264	468.113	286.099
Outras receitas/(despesas) operacionais	27	73.817	23.360	(282.980)	(218.291)
Resultado financeiro líquido		-	-	7.354	2.302
Resultado antes da tributação sobre o lucro		76.535	23.624	192.487	70.110
Imposto de renda e contribuição social		(731)	(36)	(56.866)	(27.067)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(731)	(36)	(36.953)	(5.557)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(19.913)	(21.510)
Lucro líquido do período		75.804	23.588	135.621	43.043
Lucro líquido atribuível a:					
Acionistas controladores		75.804	23.588	75.804	23.588
Acionistas não controladores		-	-	59.817	19.455
Lucro líquido por ação básico e diluído:					
Ordinárias		3,2416	1,0383	3,2416	1,0383
Média Poderada de Quantidade de ações em circulação - Básica e diluída					
Ordinárias		23.385	22.717	23.385	22.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

XP Investimentos S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do exercício	75.804	23.588	135.621	43.043
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Variação no ajuste de conversão de investimento no exterior - CTA	8.066	1.539	15.212	2.506
Variação no ajuste do Hedge de Investimento	(4.174)	1.465	(15.231)	850
Ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	(8)	-	(8)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	1.732	-	2.921	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>81.420</u>	<u>26.592</u>	<u>138.515</u>	<u>46.399</u>
Resultado abrangente total atribuível a:				
Acionistas da controladora	81.420	26.592	81.420	26.592
Acionistas não controladores	-	-	57.095	19.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

XP Investimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Atribuível a acionistas da controladora										
	Capital Social	Reserva de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial			Lucros Acumulados	Total	Participações de acionistas não controladores	Total
		Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Efeitos em transações de Capital				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	21.823	-	1.594	21.061	75.508	(108)	140.500	-	260.378	184.875	445.253
Resultados abrangentes do exercício											
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	23.588	23.588	19.455	43.043
Outros resultados abrangentes do exercício											
Variação no ajuste de conversão de investimento no exterior - CTA	-	-	-	-	-	1.539	-	-	1.539	967	2.506
Variação no ajuste do hedge de investimento	-	-	-	-	-	1.465	-	-	1.465	(615)	850
Transações com acionistas - contribuições e distribuições											
Aumento de capital	100	48.508	-	-	-	-	-	-	48.608	(1.708)	46.900
Dividendos	-	-	-	(21.000)	-	-	-	(12.041)	(33.041)	(16.646)	(49.687)
Variação na participação de controladas	-	-	-	-	210	-	-	-	210	144	354
Outras participações de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.049)	(2.049)
Destinações do lucro líquido do exercício											
Reservas	-	-	1.179	10.368	-	-	-	(11.547)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	21.923	48.508	2.773	10.429	75.718	2.896	140.500	-	302.747	184.423	487.170
Saldos em 31 de dezembro de 2014	21.923	48.508	2.773	10.429	75.718	2.896	140.500	-	302.747	184.423	487.170
Resultados abrangentes do exercício											
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	75.804	75.804	59.817	135.621
Outros resultados abrangentes do exercício											
Variação no ajuste de conversão de investimento no exterior - CTA	-	-	-	-	-	8.066	-	-	8.066	7.146	15.212
Variação no ajuste do hedge de investimento	-	-	-	-	-	(4.174)	-	-	(4.174)	(11.057)	(15.231)
Ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(8)	(8)	-	-	(8)	-	(8)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	4	1.728	-	-	1.732	1.189	2.921
Transações com acionistas - contribuições e distribuições											
Aumento de Capital	63.887	-	-	-	-	-	-	-	63.887	-	63.887
Ágio por subscrição de ações	-	48.853	-	-	-	-	-	-	48.853	-	48.853
Dividendos	-	-	-	(10.630)	-	-	-	-	(10.630)	-	(10.630)
Variação na participação em controladas	-	-	1	201	(19.518)	-	-	-	(19.316)	7.017	(12.299)
Destinações do lucro líquido do exercício											
Reservas	-	-	3.790	691	-	-	-	(4.481)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(71.323)	(71.323)	(27.789)	(99.112)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	85.810	97.361	6.564	691	56.196	8.516	140.500	-	395.638	220.746	616.384

XP Investimentos S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014****(Em milhares de Reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro Líquido do exercício	75.804	23.588	135.621	43.043
Ajustes ao lucro líquido do período dos efeitos no resultado que não afetam caixa das atividades operacionais:				
Resultado de participação em controladas	(73.759)	(23.386)	64.800	31.910
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	-	-	355	208
Depreciações e amortizações	-	-	6.423	4.682
Provisão para contingências	-	-	1.175	-
Outros	-	53	(19)	(47)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	731	36	56.866	27.067
Varição dos ativos e passivos operacionais:	1.389	(152)	(8.969)	2.511
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	(260.317)	-
Instrumentos de dívida	(6.462)	-	(244.006)	(121.930)
Instrumentos de patrimônio	-	-	(248.092)	-
Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)	5.616	-	45.875	14.149
Negociação e intermediação de valores (ativos e passivos)	-	-	150.649	(167.868)
Rendas a receber	155	(155)	(7.477)	(1.760)
Créditos tributários	(731)	(6)	(40.705)	(21.512)
Impostos e contribuições a compensar	6	-	27.080	(5.405)
Despesas antecipadas	-	-	(29.597)	(129)
Outros ativos	(26.834)	-	1.534	10.745
Obrigações por operações compromissadas	-	-	424.850	291.055
Credores por empréstimos de ações	-	-	66.393	15.349
Provisões e contingências passivas	-	-	(622)	-
Fornecedores	72	9	22.529	2.735
Obrigações sociais e estatutárias	29.800	6	64.758	3.041
Obrigações fiscais e previdenciárias	358	-	12.425	(18.769)
Outros passivos	-	-	43.791	9.356
Imposto de renda e contribuição social pagos	(591)	(6)	(38.037)	(6.546)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.434	50	191.452	77.464
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	18.520	12.041	-	-
Aquisições de investimentos	(50.088)	-	-	-
Aquisições de imobilizado	-	-	(10.942)	(3.587)
Alienações de imobilizado	-	-	2.207	431
Aquisição de subsidiária, caixa líquido adquirido	-	-	(117.620)	-
Aquisição de intangível	-	-	(1.811)	(9.944)
Alienação de intangível	-	-	1.269	1.383
Caixa líquido proveniente das/(utilizado nas) atividades de investimento	(31.568)	12.041	(126.897)	(11.717)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	63.887	48.608	63.887	48.608
Ágio por subscrição de ações	48.853	-	48.853	-
Outras participações de não-controladores	(19.316)	-	(12.299)	-
Dividendos pagos	(81.953)	(33.041)	(109.742)	(49.687)
Caixa líquido proveniente das/(utilizado nas) atividades de financiamento	11.471	15.567	(9.301)	(1.079)
Aumento/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(16.663)	27.658	55.254	64.668
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.709	51	337.174	272.714
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	-	-	(355)	(208)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.046	27.709	392.073	337.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

XP Investimentos S.A.
Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas	2.772	264	716.973	449.941
Prestação de serviços (brutas de impostos)	-	-	403.683	301.809
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	2.772	264	300.435	142.023
Outras receitas	-	-	12.855	6.109
Despesas	(26)	-	(8.350)	(9.914)
Outras despesas	(26)	-	(8.350)	(9.914)
Insumos adquiridos de terceiros	(420)	(115)	(270.152)	(195.502)
Materiais, energia e outros	(420)	(115)	(40.635)	(36.022)
Comunicação e processamento de dados	-	-	(36.468)	(25.757)
Custo dos serviços prestados	-	-	(193.049)	(133.723)
Valor adicionado bruto	2.326	149	438.471	244.525
Retenções				
Depreciação e Amortização	-	-	(6.423)	(4.682)
Valor adicionado líquido	2.326	149	432.048	239.843
Valor adicionado recebido em transferência	74.490	23.475	7.454	2.684
Resultado de equivalência patrimonial	74.490	23.475	-	-
Receitas financeiras	-	-	7.454	2.684
Valor adicionado a distribuir	76.816	23.624	439.502	242.527
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	227	-	180.711	127.154
- Remuneração direta	227	-	55.111	50.295
- Benefícios	-	-	6.685	7.572
- FGTS	-	-	2.512	1.361
- Encargos	-	-	10.879	11.902
- Outros	-	-	17.183	8.531
- Participação dos empregados nos lucros	-	-	88.341	47.493
Impostos, taxas e contribuições	785	36	111.247	59.324
- Federais	785	36	92.546	50.790
- Estaduais	-	-	3	36
- Municipais	-	-	18.698	8.498
Remuneração de capitais de terceiros	-	-	11.923	13.006
- Juros Passivos	-	-	100	382
- Aluguéis	-	-	11.823	12.624
Remuneração de capitais próprios	75.804	23.588	135.621	43.043
- Dividendos	10.630	12.041	99.112	49.687
- Lucros retidos	65.174	11.547	36.509	(6.644)
Distribuição do valor adicionado	76.816	23.624	439.502	242.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A XP Controle 2 Participações S.A. ("Companhia" ou "XP Controle 2") tem sua sede localizada na Praia de Botafogo, nº 501, sala 601 - A1, Botafogo, CEP 22.250-040, Rio de Janeiro - Brasil.

A XP Controle 2 fornece a seus clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no exterior, diversos produtos e serviços financeiros, por meio de suas empresas controladas ("Grupo XP"), de forma direta ou indireta.

As operações da XP Controle 2 foram alocadas em três segmentos: Varejo, Institucional e Outros, conforme nota 28.

A XP Controle 2 é uma holding, controlada pela XP Controle Participações S/A, que detém 90,88% de participação do seu capital total.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em xxxxx de março de 2017.

l) Participação Direta e Indireta

A XP Controle 2 participa, direta e indiretamente, do capital das seguintes empresas e entidades:

	Percentual de participação (*)	
	31/12/2015	31/12/2014
Controladas Diretas		
XP Holding Investimentos S.A. (a)	60,05%	58,76%
XP Controle 3 Participações S.A. (b)	100,00%	100,00%
Controladas Indiretas		
XP Investimentos CCTVM S.A. (c)	60,05%	58,76%
Clear Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d)	60,05%	0,00%
XP Educação Assessoria Empresarial e Participações Ltda. (e)	58,06%	58,33%
Tecfinance Informática e Projetos de Sistemas Ltda. (f)	59,85%	58,42%
XP Corretora de Seguros Ltda. (g)	59,90%	58,54%
XP Gestão de Recursos Ltda. (h)	52,72%	58,49%
XP Finanças Assessoria Financeira Ltda. (i)	60,02%	58,68%
Infostocks Informações e Sistemas Ltda. (j)	57,04%	55,82%
Money & Markets Editora Ltda. (k)	60,04%	55,82%
XP Holding International Inc. (l)	60,05%	58,76%
XP Securities LLC (m)	60,05%	58,76%
XP Advisors Inc (n)	60,05%	58,76%
XP Advisory Gestão Recursos Ltda. (o)	58,81%	0,00%
XP Holding UK LTD (p)	100,00%	0,00%
Fundos de investimento consolidados		
Yuias Crédito Privado Fundo de Investimento Multimercado (q)	100,00%	100,00%
XP High Leverage Fundo de Investimento Multimercado Privado (r)	0,00%	100,00%
Oconnor Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (s)	100,00%	0,00%
Oconnor II Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (t)	100,00%	0,00%
XP Pilgrim Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (u)	100,00%	100,00%
XP Peregrino Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (v)	100,00%	100,00%
Frade Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (w)	100,00%	0,00%
XP Crédito Estruturado I Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("XP C	100,00%	0,00%
XP Crédito Estruturado Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior (y)	100,00%	0,00%

As alterações nos percentuais de participação das empresas decorrem, substancialmente, da movimentação acionária de sócios minoritários.

(*) O percentual de participação representam o capital total e o capital votante das empresas e entidades.

Controladas Diretas

a. XP Holding Investimentos S.A. ("XPHI")

A XPHI, constituída em 26 de outubro de 2009, passou a integrar o Grupo XP em 20 de outubro de 2010, tornando-se a empresa holding controladora das sociedades operacionais não financeiras em 29 de outubro de 2010. Tem como objeto social participar em sociedades, consórcios e/ou empreendimentos de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior.

Astic BD Não Financeira Participações S.A. ("Astic NF")	9,7670%
GA Investimentos XP S.A.	30,1874%

b. XP Controle 3 Participações S.A. ("XP Controle 3" ou "XPC3")

A XP Controle 3 Participações S.A. é controlada direta da Companhia. Tem como objeto social a participação em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Controladas Indiretas

c. XP Investimentos CCTVM S.A. ("XPI" ou "XP CCTVM")

A XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma sociedade de capital fechado, que efetua operações no âmbito da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA S.A.") por conta própria e de terceiros, além de administrar carteiras de clubes de investimentos.

A XP Investimentos CCTVM S.A. é controlada da XP Controle 3, sendo controlada indireta da Companhia.

Astic BD Holding Financeira S.A. ("Astic Financeira")	9,7670%
GA Financeira XP S.A.	30,1874%

d. Clear CTVM S.A. ("Clear")

A Clear Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Clear") iniciou suas atividades em 15 de fevereiro de 2012. Tem por objeto social operar em recinto ou em sistemas mantidos por bolsa de valores; subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros; encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; exercer funções de agente fiduciário; instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; praticar operações de conta margem; realizar operações compromissadas; praticar operações de compra e venda de metais preciosos; operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros; prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica, em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; e, exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e pela CVM.

Em 24 de julho de 2014, foi celebrado Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças, por meio do qual os acionistas da Clear se comprometeram a alienar 100% do capital social da sociedade para a XP CCTVM. O Banco Central do Brasil homologou em 03 de setembro de 2015 a referida operação.

e. XP Educação Assessoria Empresarial e Participações Ltda. ("XP Educação")

A XP Educação, constituída em 26 de maio de 2003, tem como objeto social a prestação de serviços de assessoria e consultoria em finanças, planejamento financeiro, gestão empresarial, participação societária em outras sociedades, gestão e o desenvolvimento de cursos, palestras e programas de capacitação empresarial em todo o território nacional.

f. Tecfinance Informática e Projetos de Sistemas Ltda. ("Tecfinance")

A Tecfinance, constituída em 26 de outubro de 2009, tem como objeto social a prestação de serviços de análise, programação, treinamento, suporte no desenvolvimento e execução de softwares.

g. XP Corretora de Seguros Ltda. ("XP Seguros")

A XP Seguros, constituída em 11 de novembro de 2008, tem como objeto social a prestação de serviços de corretagem de seguros dos ramos elementares de vida, capitalização, planos previdenciários e seguros do ramo de saúde.

h. XP Gestão de Recursos Ltda. ("XP Gestão")

A XP Gestão, constituída em 15 de setembro de 2005, tem como objeto social a prestação de serviços de administração de valores mobiliários, na qualidade de gestora de recursos, prestação de serviços de assessoria econômica e financeira, e participação societária em outras sociedades mediante aquisição ou subscrição de quotas ou ações.

i. XP Finanças Assessoria Financeira Ltda. ("XP Finanças")

A XP Finanças, constituída em 15 de junho de 2009, tem como objeto social a prestação de serviços de consultoria de investimentos, a assessoria financeira corporativa, a gestão empresarial e o desenvolvimento de negócios, bem como a participação em negócios, associações, empreendimentos em geral, inclusive como sócia, acionista ou cotista em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, empresariais ou simples.

j. Infostocks Informações e Sistemas Ltda. ("Infostocks")

A Infostocks tem como objeto social: a prestação e intermediação de qualquer serviço na área de Sistemas de Informação, tais como análise, programação, desenvolvimento, treinamento, implantação, manutenção e consultoria de sistemas; intermediação total ou parcial de conteúdos de website e estabelecimentos de parcerias com empresas ligadas à internet e com sistemas informatizados; e veiculação de publicidade ou informação pela internet.

k. Money & Markets Editora Ltda. ("Money & Markets")

A Money&Markets, adquirida indiretamente (controlada da Infostocks) em 2 de setembro de 2011, tem como objeto social a edição e comercialização de revistas, jornais, livros e qualquer tipo de impresso, a comercialização e intermediação de produtos em sua *website* e a comercialização de anúncios impressos e eletrônicos.

l. XP Holding International Inc. ("XP Holding International")

A XP Holding International foi constituída em 29 de dezembro de 2010, no estado americano de Delaware, com o objetivo de abrigar os negócios internacionais do Grupo XP.

m. XP Securities LLC ("XP Securities")

A XP Securities Securities LLC é uma corretora que atende principalmente clientes institucionais. A Companhia foi constituída em 29 de dezembro de 2010 no Estado de Delaware. A Companhia é registrada como uma corretora junto à SEC ("Securities Exchange Commission") e tornou-se um membro da FINRA ("Financial Industry Regulatory Authority") em 27 de outubro de 2011 em escritórios na cidade de Nova Iorque e de Miami, tendo por objetivo fomentar os negócios de corretagem no mercado americano e atrair clientes estrangeiros potenciais para operar no mercado brasileiro por intermédio da XP CCTVM.

n. XP Advisors Inc ("XP Advisors")

A XP Advisors Inc ("XP Advisors"), foi constituída em 24 de março de 2014, no estado americano da Flórida, com o objetivo de abrigar os negócios educacionais internacionais do Grupo XP.

o. XP Advisory Gestão de Recursos Ltda. ("XP Advisory")

A XP Advisory Gestão de Recursos Ltda., constituída em 28 de maio de 2015, tem como objeto social a prestação de serviços de administração de valores mobiliários, na qualidade de gestora de recursos, prestação de serviços de assessoria econômica e financeira, e participação societária em outras sociedades mediante aquisição ou subscrição de quotas ou ações.

p. XP Holding UK LTD. ("XP Holding UK")

A XP Holding UK Ltd foi constituída em 25 de novembro de 2015, em Londres, no Reino Unido, com o objetivo de abrigar os negócios do Grupo XP na Europa. Em reunião do Conselho da Administração, em 02 junho de 2016, foi deliberado o aporte de capital da XP Holding UK, no valor total £ 1.750.

Fundos de Investimento Consolidados

q. Yuias Crédito Privado Fundo de Investimento Multimercado ("YUIAS")

O YUIAS Crédito Privado Fundo de Investimento Multimercado (anteriormente denominado XPI ACC Crédito Privado Fundo de Investimento Multimercado) foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, e iniciou suas operações em 27 de dezembro de 2013.

r. XP High Leverage Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("XP Leverage")

O XP High Leverage Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado foi constituído em 10 de janeiro de 2011, sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. O Fundo foi incorporado em outro fundo, em janeiro de 2015. O Fundo tinha como objetivo obter retornos positivos em operações de alto risco no mercado interno.

s. Oconnor Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("Oconnor")

O Oconnor Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, e iniciou suas operações em 28 de novembro de 2014, tendo os seus recursos integralizados em janeiro de 2015. O Fundo tem como objetivo obter retornos positivos em operações de alto risco no mercado interno.

t. Oconnor II Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("Oconnor II")

O Oconnor II Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e iniciou suas operações em 29 de maio de 2015. O Fundo tem como objetivo obter retornos positivos em operações de alto risco no mercado interno.

u. XP Pilgrim Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("XP Pilgrim")

O XP Pilgrim Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e iniciou suas operações em 29 de setembro de 2010. O Fundo tem como objetivo obter retornos positivos em operações de alto risco no mercado interno.

v. XP Peregrino Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("XP Peregrino")

O XP Peregrino Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e iniciou suas operações em 08 de fevereiro de 2013. O Fundo tem como objetivo obter retornos positivos em operações de alto risco no mercado interno.

w. Frade Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("Frade")

O Frade Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e iniciou suas operações em 25 de setembro de 2015. O Fundo tem como objetivo obter retornos positivos em operações de alto risco no mercado interno.

x. XP Crédito Estruturado I Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("XP Cred I")

O XP Crédito Estruturado I Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (denominação anterior, Caieiras Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado), foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e iniciou suas operações em 25 de setembro de 2015. O Fundo tem como objetivo obter retornos positivos em operações de alto risco no mercado interno.

y. XP Crédito Estruturado Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior ("XP Crédito")

O XP Crédito Estruturado Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e iniciou suas operações em 11 de dezembro de 2015. O Fundo tem como objetivo obter retornos positivos em operações de alto risco no mercado interno.

II) Contratos de Compra e Venda

Em 24 de julho de 2014, a XP Investimentos Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários S/A celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") com os acionistas da Clear Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, aditado em 29 de setembro de 2015 e em 30 de dezembro de 2015, para regular a aquisição da totalidade das ações de emissão da Clear.

O Banco Central do Brasil enviou ofício à XP CCTVM em 3 de setembro de 2015, aprovando a realização de todos as providências necessárias para o fechamento da operação. Com esta aprovação preliminar, em 29 de setembro de 2015, foi realizado o fechamento da operação com o consequente pagamento do preço base atualizado e ajustado de R\$ 64.533, tornando-se a Clear uma subsidiária integral da XPI. Ato contínuo, os acionistas da Clear se tornaram acionistas da XP Controle Participações S/A, controladora indireta da XP CCTVM.

Após o fechamento, o Banco Central do Brasil aprovou definitivamente a operação em 18 de dezembro de 2015, conforme divulgado no Diário Oficial nº 243 de 21 de dezembro de 2015, Seção 3, página 99.

Em adição ao preço base e conforme previsto no Contrato e aditivos posteriores, em 30 de dezembro de 2015, a XP CCTVM pagou acréscimo ao preço base no valor total certo e ajustado de R\$ 53.087 para os acionistas da Clear. O preço base poderia sofrer acréscimo adicional a depender do atingimento de determinadas metas, de forma que foi provisionado em 31 de dezembro de 2015 o valor justo estimado desta provisão de R\$ 10.730, cujo montante foi pago em 15 de setembro de 2016.

2 Políticas contábeis significativas

2.1 Base de preparação

Estas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base em pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

As demonstrações contábeis utilizam o custo histórico como base de valor, exceto na valorização de determinados instrumentos financeiros, como: ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e os derivativos. A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Estas demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional de apresentação da XP Controle 2. As empresas XP Holding International, a XP Securities e a XP Advisors, possuem como moeda funcional o Dólar. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas vigentes exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre as incertezas sobre as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no futuro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 4 – Determinação do valor justo;
- Nota 21 – Impostos e contribuições diferidos;
- Nota 24 – Provisões e contingências passivas;

A administração considera que as premissas empregadas são pertinentes e que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

XP Investimentos S.A.
(Atual denominação social da XP Controle 2 Participações S.A.)
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Outros passivos financeiros	192.095	11.682	203.777	65.274	(503)	64.771
Fornecedores	24.160	14.322	38.482	15.953	1.584	17.537
Obrigações sociais e estatutárias	96.808	-	96.808	32.050	-	32.050
Obrigações fiscais e previdenciárias	21.448	-	21.448	9.023	-	9.023
Outros passivos	49.679	(2.640)	47.039	8.248	(2.087)	6.161
Provisões	-	2.640	2.640	-	2.087	2.087
Provisões e contingências passivas	-	2.640	2.640	-	2.087	2.087
Passivo fiscal diferido	26	(26)	-	-	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	395.638	-	395.638	302.747	-	302.747
Capital social	85.810	-	85.810	21.923	-	21.923
Reservas de capital	97.361	-	97.361	48.508	-	48.508
Reserva de lucros	7.255	-	7.255	13.404	-	13.404
Ajuste da avaliação patrimonial	205.212	-	205.212	218.912	-	218.912
Participação dos não-controladores	220.746	-	220.746	184.423	-	184.423
Total do Patrimônio líquido	616.384	-	616.384	487.170	-	487.170
Total do passivo e Patrimônio líquido	3.470.823	(26)	3.470.797	2.489.748	-	2.489.748

^(a) O ajuste no total do ativo e do passivo, no montante de R\$ 26 refere-se a apresentação do ativo fiscal diferido compensado do passivo fiscal diferido.

Demonstrações de resultados individuais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	31/12/2015			31/12/2014		
	Anterior	Ajustes	Atual	Anterior	Ajustes	Atual
Resultado operacional Bruto	2.772	(54)	2.718	264	-	264
Outras receitas/(despesas) operacionais	73.763	54	73.817	23.360	-	23.360
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	76.535	-	76.535	23.624	-	23.624
Imposto de renda e contribuição social	(731)	-	(731)	(36)	-	(36)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(731)	-	(731)	(36)	-	(36)
Lucro líquido do período	75.804	-	75.804	23.588	-	23.588

Demonstrações de resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	31/12/2015			31/12/2014		
	Anterior	Ajustes	Atual	Anterior	Ajustes	Atual
Resultado operacional Bruto	496.383	(28.270)	468.113	297.348	(11.249)	286.099
Outras receitas/(despesas) operacionais	(306.916)	23.936	(282.980)	(227.714)	9.423	(218.291)
Resultado financeiro líquido	3.020	4.334	7.354	476	1.826	2.302
Resultado antes da tributação sobre o lucro	192.487	-	192.487	70.110	-	70.110
Imposto de renda e contribuição social	(56.866)	-	(56.866)	(27.067)	-	(27.067)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(36.953)	-	(36.953)	(5.557)	-	(5.557)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(19.913)	-	(19.913)	(21.510)	-	(21.510)
Lucro líquido do período	135.621	-	135.621	43.043	-	43.043

Demonstrações de resultados abrangentes individuais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	31/12/2015			31/12/2014		
	Anterior	Ajustes	Atual	Anterior	Ajustes	Atual
Lucro líquido do exercício	75.804	-	75.804	23.588	-	23.588
Outros resultados abrangentes						
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado						
Variação no ajuste de conversão de investimento no exterior - CTA	8.066	-	8.066	1.539	-	1.539
Variação no ajuste do Hedge de Investimento	(4.174)	-	(4.174)	1.465	-	1.465

XP Investimentos S.A.
(Atual denominação social da XP Controle 2 Participações S.A.)
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	(4)	(4)	(8)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	1.728	4	1.732	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	81.420	-	81.420	26.592	-	26.592
Lucro líquido atribuível a:						
Acionistas da controladora	81.420	-	81.420	26.592	-	26.592

Demonstrações de resultados abrangentes consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	31/12/2015			31/12/2014		
	Anterior	Ajustes	Atual	Anterior	Ajustes	Atual
Lucro líquido do exercício	135.621	-	135.621	43.043	-	43.043
Outros resultados abrangentes						
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado						
Variação no ajuste de conversão de investimento no exterior - CTA	15.212	-	15.212	2.506	-	2.506
Variação no ajuste do Hedge de Investimento	(15.231)	-	(15.231)	850	-	850
Ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	(8)	(8)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	2.917	4	2.921	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	138.519	(4)	138.515	46.399	-	46.399
Lucro líquido atribuível a:						
Acionistas da controladora	81.420	-	81.420	26.592	-	26.592
Acionistas não controladores	57.099	(4)	57.095	19.807	-	19.807

Demonstrações dos fluxos de caixas individuais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	31/12/2015			31/12/2014		
	Anterior	Ajustes	Atual	Anterior	Ajustes	Atual
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro Líquido do exercício	75.804	-	75.804	23.588	-	23.588
Ajustes ao lucro líquido do período dos efeitos no resultado que não afetam caixa das atividades operacionais:	(68.730)	(5.029)	(73.759)	(23.392)	6	(23.386)
Variação dos ativos e passivos operacionais:	(3.640)	5.029	1.389	(146)	(6)	(152)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.434	-	3.434	50	-	50
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Dividendos recebidos de controladas	18.520	-	18.520	12.041	-	12.041
Ágio na subscrição de ações	48.853	(48.853)	-	-	-	-
Aquisições de investimentos	(50.088)	-	(50.088)	-	-	-
Caixa líquido proveniente das/(utilizado nas) atividades de investimento	17.285	(48.853)	(31.568)	12.041	-	12.041
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Aumento de capital	63.887	-	63.887	48.608	-	48.608
Ágio por subscrição de ações	-	48.853	48.853	-	-	-
Outras participações de não-controladores	(19.316)	-	(19.316)	-	-	-
Dividendos pagos	(81.953)	-	(81.953)	(33.041)	-	(33.041)
Caixa líquido proveniente das/(utilizado nas) atividades de financiamento	(37.382)	48.853	11.471	15.567	-	15.567
Aumento/ (redução) de caixa e						

e equivalentes de caixa	(16.663)	-	(16.663)	27.658	-	27.658
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.709	-	27.709	51	-	51
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>11.046</u>	<u>-</u>	<u>11.046</u>	<u>27.709</u>	<u>-</u>	<u>27.709</u>

Demonstrações dos fluxos de caixas consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	31/12/2015			31/12/2014		
	Anterior	Ajustes	Atual	Anterior	Ajustes	Atual
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro Líquido do exercício	135.621	-	135.621	43.043	-	43.043
Ajustes ao lucro líquido do período dos efeitos no resultado que não afetam caixa das atividades operacionais:	88.665	(23.865)	64.800	38.877	(6.967)	31.910
Varição dos ativos e passivos operacionais:	227.128	(236.097)	(8.969)	(4.664)	7.175	2.511
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	451.414	(259.962)	191.452	77.256	208	77.464
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Ágio na subscrição de ações	48.853	(48.853)	-	-	-	-
Aquisições de imobilizado	(10.942)	-	(10.942)	(3.586)	(1)	(3.587)
Alienações de imobilizado	2.207	-	2.207	431	-	431
Aquisição de intangível	(119.431)	-	(119.431)	(10.174)	230	(9.944)
Alienação de intangível	1.269	-	1.269	1.612	(229)	1.383
Caixa líquido proveniente das/(utilizado nas) atividades de investimento	(78.044)	(48.853)	(126.897)	(11.717)	-	(11.717)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Aumento de capital	63.887	-	63.887	48.608	-	48.608
Ágio por subscrição de ações	-	48.853	48.853	-	-	-
Outras participações de não-controladores	(12.299)	-	(12.299)	-	-	-
Dividendos pagos	(109.742)	-	(109.742)	(49.687)	-	(49.687)
Caixa líquido proveniente das/(utilizado nas) atividades de financiamento	(58.154)	48.853	(9.301)	(1.079)	-	(1.079)
Aumento/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa	315.216	(259.962)	55.254	64.460	208	64.668
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	337.174	-	337.174	272.714	-	272.714
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	-	(355)	(355)	-	(208)	(208)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>652.390</u>	<u>(260.317)</u>	<u>392.073</u>	<u>337.174</u>	<u>-</u>	<u>337.174</u>

Demonstrações do adicionado consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	31/12/2015			31/12/2014		
	Anterior	Ajustes	Atual	Anterior	Ajustes	Atual
Receitas	719.955	(2.982)	716.973	452.146	(2.205)	449.941
Prestação de serviços (brutas de impostos)	408.156	(4.473)	403.683	305.887	(4.078)	301.809
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	307.656	(7.221)	300.435	144.459	(2.436)	142.023
Outras receitas	4.143	8.712	12.855	1.800	4.309	6.109
Despesas	(22.160)	13.810	(8.350)	(14.120)	4.206	(9.914)
Outras despesas	(22.160)	13.810	(8.350)	(14.120)	4.206	(9.914)
Insumos adquiridos de terceiros	(250.545)	(19.607)	(270.152)	(188.285)	(7.217)	(195.502)
Materiais, energia e outros	(44.001)	3.367	(40.634)	(38.960)	2.938	(36.022)
Serviços de terceiros	-	-	-	-	-	-
Comunicação e processamento de dados	(35.914)	(555)	(36.469)	(25.739)	(18)	(25.757)
Custo dos serviços prestados	(170.630)	(22.419)	(193.049)	(123.586)	(10.137)	(133.723)
Valor adicionado bruto	447.250	(8.779)	438.471	249.741	(5.216)	244.525
Retenções						
Depreciação e Amortização	(6.423)	-	(6.423)	(4.682)	-	(4.682)
Valor adicionado líquido	440.827	(8.779)	432.048	245.059	(5.216)	239.843

Valor adicionado recebido em transferência	4.471	2.983	7.454	516	2.168	2.684
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Receitas financeiras	4.471	2.983	7.454	516	2.168	2.684
Valor adicionado a distribuir	445.298	(5.796)	439.502	245.575	(3.048)	242.527
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal e encargos	184.859	(4.148)	180.711	129.773	(2.619)	127.154
- Remuneração direta	59.243	(4.132)	55.111	51.977	(1.682)	50.295
- Benefícios	8.563	(1.878)	6.685	8.063	(491)	7.572
- FGTS	1.647	-	1.647	1.361	-	1.361
- Encargos	9.884	1.860	11.744	11.660	242	11.902
- Outros	17.181	2	17.183	9.219	(688)	8.531
- Participação dos empregados nos lucros	88.341	-	88.341	47.493	-	47.493
Impostos, taxas e contribuições	111.544	(297)	111.247	59.795	(471)	59.324
- Federais	93.417	(871)	92.546	50.790	-	50.790
- Estaduais	77	(74)	3	36	-	36
- Municipais	18.050	648	18.698	8.969	(471)	8.498
Remuneração de capitais de terceiros	13.274	(1.351)	11.923	12.964	42	13.006
- Juros Passivos	1.451	(1.351)	100	40	342	382
- Aluguéis	11.823	-	11.823	12.924	(300)	12.624
Remuneração de capitais próprios	135.621	-	135.621	43.043	-	43.043
- Dividendos	99.112	-	99.112	49.687	-	49.687
- Lucros retidos	36.509	-	36.509	(6.644)	-	(6.644)
Distribuição do valor adicionado	445.298	(5.796)	439.502	245.575	(3.048)	242.527

2.3 Normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB

a) Pronunciamentos Contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

- Alteração da IAS 19 - Benefícios aos empregados: Na contabilização dos planos de benefícios definidos devem ser considerados os empregados e também os terceiros. Esta alteração não ocasionará impactos, tendo em vista que a Companhia não possui planos de benefícios definidos.

b) Pronunciamentos Contábeis aplicáveis em períodos futuros

Os seguintes pronunciamentos entrarão em vigor após a data destas Demonstrações Contábeis e não foram adotadas de forma antecipada.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Substitui as orientações existentes na IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, introduzindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, traz também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. Requerido para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. Os possíveis impactos da adoção deste pronunciamento ainda estão sendo avaliados.
- IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes: O pronunciamento substitui a IAS 18 - Receitas e a IAS 11 - Contratos de Construção. Determina que a receita seja reconhecida no momento em que o controle dos bens ou serviços forem transferidos ao cliente. Requerido para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. Os possíveis impactos da adoção deste pronunciamento ainda estão sendo avaliados.
- IFRS 16 - Arrendamentos: Elimina a contabilização do arrendamento operacional para o arrendatário, trazendo um único modelo de arrendamento. Requerido para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos da adoção deste pronunciamento ainda estão sendo avaliados.
- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 - Ativos Intangíveis: Não permite o método de depreciação baseado na receita para itens do ativo imobilizado, porém para os ativos intangíveis é permitido quando estes forem mensurados pela receita ou quando as receitas e os benefícios econômicos forem altamente correlacionados, dessa forma esclarece que a base para depreciação e amortização é o consumo esperado dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida. Os possíveis impactos da adoção deste pronunciamento ainda estão sendo avaliados.
- Alteração da IFRS 11 - Negócios em Conjunto: Modifica critérios de contabilização de empreendimento controlado em conjunto e operações conjuntas que se constituam em um negócio, conforme determinado na IFRS 3. Efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida. Os possíveis impactos da adoção deste pronunciamento ainda estão sendo avaliados.
- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas: Traz a definição de entidade de investimento e caso esta seja atendida as subsidiárias não deverão ser consolidadas, mas sim mensuradas ao valor justo pelo resultado. Efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. Os possíveis impactos da adoção deste pronunciamento ainda estão sendo avaliados.
- Alteração da IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: Incentiva as empresas a identificar informações relevantes a serem divulgadas nas demonstrações contábeis, além de esclarecer que a materialidade deve ser aplicada no conjunto completo das demonstrações contábeis. Efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida. Os possíveis impactos da adoção deste pronunciamento ainda estão sendo avaliados.
- Melhorias anuais das IFRS: Anualmente o IASB emite uma revisão de uma série de pronunciamentos. Em 2014 foram apresentadas melhorias a IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 - Benefícios aos Empregados e IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. Esta alteração não ocasionou impactos relevantes nestas demonstrações contábeis.

3 Resumo das principais políticas contábeis

a. Consolidação das demonstrações contábeis

(i) Controladas

A XP Controle 2 controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a investida.

As entidades controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas foram alinhadas pela Administração com as políticas adotadas pela XP Controle 2 e são avaliadas continuamente.

A contabilização da aquisição de um negócio é pelo método de compra. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo da contraprestação, incluindo os ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos assumidos na data de aquisição. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis são mensurados inicialmente pelo valor justo. O montante do custo de aquisição que for maior que o valor justo da participação da Companhia será registrado como ágio. Caso o custo de aquisição seja menor que o valor justo dos ativos líquidos esta diferença é registrada no resultado do exercício.

O ágio resultante da combinação de negócios está representado pela diferença entre o valor pago e o valor justo dos ativos líquidos da controlada na data de aquisição. O ágio não é amortizado, sendo testado anualmente para fins de impairment ou quando existir evidência objetiva de perda. Caso seja reconhecida perda por impairment este montante não poderá ser revertido.

As alterações nas participações em controladas quando não há a perda do controle tem o seu registro contábil como transação de capital. Dessa forma qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecido no patrimônio líquido.

Nas demonstrações contábeis individuais os resultados auferidos na participação em controladas e coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Fundos Exclusivos

De acordo com o IFRS 10 (CPC 36), as demonstrações consolidadas incluem as informações financeiras dos fundos de investimentos exclusivos, tendo em vista que Companhia tem o poder de decisão de investimento e também obtém os retornos gerados por esses fundos.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos, transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre as empresas consolidadas são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da XP Controle 2 pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- Passivo financeiro designado como proteção (*hedge*) do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que a proteção (*hedge*) é efetiva; e
- Uma proteção (*hedge*) de fluxos de caixa que se qualifica e é efetiva.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor registrado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado na alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que incluía uma operação no exterior, de forma de que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é retribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado.

Ganhos ou perdas cambiais resultantes de um item monetário a receber de, ou a pagar para, uma operação no exterior, cuja liquidação não tenha sido nem planejada nem tenha probabilidade de ocorrer no futuro previsível, são considerados como parte do investimento líquido na operação no exterior e são reconhecidos em outros resultados abrangentes, e acumulados em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significativo de mudança de valor, bem como que sejam mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimentos ou outros propósitos.

As operações são consideradas de curto prazo quando possuem vencimentos em três meses ou menos a contar da data da aquisição.

d. Instrumentos financeiros ativos e passivos

Conforme a IAS 39 (CPC 38) todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os derivativos, devem ser registrados e mensurados de acordo com a categoria classificada na data da negociação.

Estes devem ser classificados nas seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado;
- Empréstimos e recebíveis;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e baixa

A XP Controle 2 e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A XP Controle 2 e suas controladas baixam um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela XP Controle 2 e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

O Grupo baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, existe o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a XP Controle 2 e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem as disponibilidades, operações compromissadas, negociação e intermediação de valores, rendas a receber e outros ativos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São ativos financeiros que a Administração possui a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados inicialmente a valor justo, acrescidos os custos de transação e posteriormente mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa efetiva de juros.

Passivos financeiros

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A categoria de passivos financeiros a valor justo por meio do resultado inclui os Credores por empréstimos de ações e Obrigações por aquisição de bens e direitos, incluídos, respectivamente, na rubrica Passivos financeiros a valor justo pelo resultado no balanço patrimonial.

Outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos. Abrangem as Obrigações por operações compromissadas, Fornecedores, Negociação e intermediação de valores a pagar e Outros passivos (Carteira de câmbio - vide Nota 19).

e. Instrumentos financeiros derivativos (Ativos e passivos)

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, sendo o reconhecimento no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados ao valor justo, sendo estas reconhecidas no resultado quando os derivativos não são classificados como instrumentos de hedge. Entretanto quando estes são determinados como instrumentos de hedge as variações em seu valor justo são registradas em outros resultados abrangentes e a parcela inefetiva deste hedge é reconhecida diretamente no resultado.

Conforme a IAS 39 (CPC 38) derivativos podem ser contabilizados como hedge contábil que são ativos utilizados para proteger exposições ao risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, estes podem ser hedge de valor justo, hedge de fluxo de caixa e hedge de investimento líquido em operação no exterior.

● Hedge de valor justo:

Para este tipo de hedge o ganho ou a perda proveniente da nova mensuração ao valor justo do instrumento de hedge deve ser reconhecido no resultado. Quando este hedge não atender mais aos critérios determinados pela IAS 39 (CPC 38), a companhia revogar a designação ou ocorrer a liquidação, o hedge contábil deve ser descontinuado prospectivamente.

● Hedge de fluxo de caixa:

Os ganhos ou perdas da parcela efetiva do hedge de fluxo de caixa são registrados em outros resultados abrangentes. Os montantes oriundos da parcela inefetiva do hedge são contabilizados diretamente no resultado.

Quando este instrumento de hedge for vendido ou expirar, ou caso este hedge não se qualifique mais como um hedge accounting qualquer ganho ou perda acumulado no patrimônio líquido deve ser transferido para o resultado do exercício.

● Hedge de investimento líquido em operação estrangeira:

A XP Controle 2 e suas controladas utilizam a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as diferenças de moedas estrangeiras entre a moeda funcional da operação no exterior e a moeda funcional da controladora (Real).

Dentro da efetividade do hedge, diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão de um passivo financeiro designado como hedge de um investimento líquido em uma operação estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes, sendo acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Para a parte do hedge que não seja efetiva, tais diferenças são reconhecidas no resultado. Quando o investimento líquido, que foi objeto de hedge, é alienado, a parcela correspondente mantida na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido é reclassificada para o resultado como parte do lucro ou perda na alienação.

f. Empréstimos de ações

As ações cedidas e/ou recebidas em empréstimos são contratadas e valorizadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.). Os direitos e/ou obrigações nas operações de empréstimos de ações são registrados em contas patrimoniais e os ganhos e/ou perdas referentes às ações cedidas e/ou recebidas em empréstimos são reconhecidos no resultado. As obrigações por empréstimos de ações estão incluídas na rubrica Passivos financeiros mantidos para negociação.

g. Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber)

Representadas por operações na BM&FBOVESPA S.A. por conta e ordem de terceiros. As corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas, e as despesas de prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da realização das operações.

Esse grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas:

- Caixa de registro e liquidação - Representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e de clientes;
- Devedores/Credores Conta liquidação pendente - Inclui saldo de conta corrente dos clientes e também é representado pelos saldos devedores ou credores de clientes em face da realização de operações com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos financeiros, pendentes de liquidação na data do balanço.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a XP Controle 2 e suas controladas e que o seu custo pode ser mensurado de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, as taxas são determinadas com base na vida útil dos ativos. A vida útil e o valor residual dos ativos imobilizados são revisados e caso necessários são ajustados ao final de cada período.

i. Ativos intangíveis

O intangível está composto pelo *ágio* oriundos do processo de aquisição da Clear, por softwares e lista de clientes (relacionada ao acordo para transferência da base de clientes da Um Investimentos), que são reconhecidos pelo custo de aquisição, mensurados pelo modelo de custo e deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização de softwares e lista de clientes acontece linearmente de acordo com a vida útil do ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não sofrem amortizações, porém são realizados testes de *impairment* ao menos uma vez por ano.

j. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

A evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à XP Controle 2 e a suas controladas em condições que o grupo não consideraria condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia avalia, ao final de cada período de apresentação de relatórios, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está se deteriorando. Para os instrumentos de dívida, a Companhia utiliza os critérios supra mencionados no item j-(i), a fim de identificar um evento de perda.

No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo é considerado uma evidência de que foram incorridos, nos ativos uma perda ao seu valor recuperável.

Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente - é baixada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida, classificado como disponível para venda, aumentar e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda por redução ao valor recuperável é revertida da demonstração do resultado. Perdas por redução ao valor recuperável de instrumentos de capital reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. Aumento no valor justo dos instrumentos de capital, após a redução ao valor recuperável, é reconhecido diretamente no patrimônio líquido - outros resultados abrangentes.

(iii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A XP Controle 2 e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a XP Controle 2 e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a XP Controle 2 e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(iv) Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(v) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da XP Controle 2 e suas controladas, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa ("UGCs"). O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refletem as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs) e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração não tem conhecimento de nenhum ajuste relevante que possa afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados em despesas antecipadas e nos ativos imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

k. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no IAS 37 (CPC 25) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, sendo que neste caso, o ativo relacionado deixa de ser contingente e o seu reconhecimento é adequado.
- Provisões para riscos - São avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pela Administração baseado nas opiniões dos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.
- Passivos contingentes - São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- Obrigações legais - Referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é calculado sobre prejuízo fiscais, base negativa de Contribuição Social e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão baixados na medida em que sua realização não seja mais provável.

m. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que seja pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

n. Capital social

A XP Controle 2 e suas controladas classificam instrumentos financeiros emitidos como passivo ou patrimônio de acordo com os termos contratuais de tais instrumentos.

Ações ordinárias

As ações ordinárias emitidas pela XP Controle 2 estão classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

o. Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias na média ponderada de ações ordinárias em circulação. Não há ações que possam diluir o lucro líquido da XPC 2. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

p. Informações por segmento

As informações por segmento são apresentadas de modo consistente com os relatórios internos elaborados para o principal tomador de decisões operacionais da XP Controle 2. As operações da XP Controle 2 estão alocadas nos segmentos de Varejo, Institucional e Outros, conforme nota 33.

4 Determinação do valor justo

Ao determinar o valor justo dos instrumentos financeiros, a XP Controle 2 e suas controladas utilizam a hierarquia a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado, cotado na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se as transações ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Os instrumentos incluídos como nível 1 compreendem, principalmente, ações, títulos públicos e instrumentos financeiros derivativos negociados em bolsa.

Nível 2: Informações (*inputs*) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no nível 2 compreendem, principalmente, cotas de fundos de investimento, debêntures classificadas nas categorias designadas ao valor justo por meio do resultado, ações e instrumentos financeiros derivativos negociados em mercado de balcão.

Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis. Em 2015 e 2014 não havia nenhum instrumento financeiro classificado no nível 3.

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos e as respectivas hierarquias são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas

O valor justo de disponibilidades é representado pelo próprio valor contábil, que se refere aos montantes disponíveis para utilização à vista, já as aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas têm o seu valor justo muito próximo ao valor contábil.

(ii) Ativos financeiros mantidos para negociação (exceto derivativos) e ativos financeiros disponíveis para venda

O valor justo dos títulos e valores mobiliários é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Não havendo cotação de mercado, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pelas taxas e índices de mercado observáveis na data de apresentação.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os critérios e metodologias para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos estão descritos na Nota 9.

(iv) Outros ativos e passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pelas taxas e índices de mercado observáveis na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia de valor justo.

					Controladora	
					31/12/2015	
					Valor Contábil	
					Valor Justo	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	Nota	Mantidos para negociação	Disponível para Venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	Nível 2
Instrumentos de dívida	8 (a)	6.462	-	-	6.462	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	-	-	10.603	-	10.603
		6.462	-	10.603	6.462	10.603
					Controladora	
					31/12/2014	
					Valor Contábil	
					Valor Justo	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	Nota	Mantidos para negociação	Disponível para Venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	Nível 2
Instrumentos de dívida	8 (a)	-	-	-	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	-	-	27.709	-	27.709
Rendas a receber		-	-	155	-	155
		-	-	-	-	27.864
					Consolidado	
					31/12/2015	
					Valor Contábil	
					Valor Justo	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	Nota	Mantidos para negociação	Disponível para Venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	Nível 2
Instrumentos de dívida	8 (a)	960.813	36.960	-	730.336	267.437
Instrumentos de patrimônio	8 (a)	248.092	-	-	248.092	-
Instrumentos financeiros derivativos ativos	9	122.353	-	-	-	122.353
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo						
Disponibilidades (Caixa)	6	-	-	27.600	-	27.600

XP Investimentos S.A.
(Atual denominação social da XP Controle 2 Participações S.A.)
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	-	-	624.790	-	624.790
Negociação e intermediação de valores	19	-	-	1.083.706	-	1.083.706
Rendas a receber	10	-	-	20.321	-	20.321
Outros ativos	13	-	-	39.626	-	39.626
		1.331.258	36.960	1.796.043	978.428	2.185.833

Consolidado						
31/12/2014						
Valor Contábil						
Valor Justo						

Ativos financeiros mensurados ao valor justo	Nota	Mantidos para negociação	Disponível para Venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	Nível 2
---	-------------	---------------------------------	------------------------------	---------------------------------	----------------	----------------

Instrumentos de dívida	8 (a)	690.318	-	-	503.815	249.952
Instrumentos de patrimônio	8 (a)	63.449	-	-	63.449	-
Instrumentos financeiros derivativos ativos	9	42.421	-	-	-	42.421

Ativos financeiros não mensurados ao valor justo

Disponibilidades (Caixa)	6	-	-	6.609	6.609	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	-	-	330.565	-	330.565
Negociação e intermediação de valores	19	-	-	1.140.713	-	1.140.713
Rendas a receber	10	-	-	12.844	-	12.844
Outros ativos	13	-	-	41.160	-	41.160
		796.188	-	1.531.891	573.873	1.817.655

Consolidado						
31/12/2015						
Valor Contábil						
Valor Justo						

Passivos financeiros mensurados ao valor justo	Nota	Mantidos para negociação	Outros Passivos	Nível 1	Nível 2
---	-------------	---------------------------------	------------------------	----------------	----------------

Instrumentos financeiros derivativos passivos	9	-	162.359	-	-	162.359
Credores por empréstimos de ações	8	-	140.673	-	140.673	-

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Circulante						
Fornecedores		-	-	38.482	-	38.482
Obrigações por operações compromissadas		-	-	715.905	-	715.905
Negociação e intermediação de valores	19	-	-	1.629.059	-	1.629.059
Outros Passivos	20	-	-	47.039	-	47.039
		303.032	2.430.485	140.673	-	2.592.844

Consolidado						
31/12/2014						
Valor Contábil						
Valor Justo						

Passivos financeiros mensurados ao valor justo	Nota	Mantidos para negociação	Outros Passivos	Nível 1	Nível 2
---	-------------	---------------------------------	------------------------	----------------	----------------

Instrumentos financeiros derivativos passivos	9	-	36.552	-	-	36.552
Credores por empréstimos de ações	8	-	74.280	-	74.280	-

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Circulante						
Fornecedores		-	-	17.537	-	17.537
Obrigações por operações compromissadas		-	-	291.055	-	291.055
Negociação e intermediação de valores	19	-	-	1.533.833	-	1.533.833
Outros Passivos	20	-	-	6.161	-	6.161
		110.832	1.848.586	74.280	-	1.885.138

5 Gerenciamento dos riscos financeiros e instrumentos financeiros

(a) Visão geral

A XP Controle 2 e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez

- Risco de mercado:
 - Risco de moeda;
 - Risco de juros;
 - Risco de preço
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da XP Controle 2 e de suas controladas a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, políticas e processos de mensuração, gerenciamento de risco e gerenciamento de capital.

(b) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da XP Controle 2 e suas controladas.

As políticas de gerenciamento de riscos da XP Controle 2 e de suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados periodicamente para refletir as mudanças nas condições de mercado e nas atividades da XP Controle 2 e de suas controladas. A XP Controle 2 e suas controladas, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, têm por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Ao que se refere à controlada XP CCTVM, a estrutura organizacional está delineada de acordo com as recomendações propostas pelo Acordo da Basileia, em que são formalizados os procedimentos, as políticas e a metodologia consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio e monitorados os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, de liquidez, de crédito, legal e operacional. A XP Controle 2 e suas controladas procuram seguir as mesmas práticas de gerenciamento de risco naquilo que se aplicar a todas as empresas.

Tais processos de gerenciamento de risco estão, ainda, associados aos processos de gestão de continuidade de negócios, principalmente no que tange à formulação de análises de impacto, aos planos de continuidade, aos planos de recuperação de desastres, aos planos de backup, ao gerenciamento de crises, etc.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito está diretamente ligado à possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento, pelo emissor, ou contraparte, de suas respectivas obrigações contratuais nos termos acordados, à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remuneração, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, dentre outros.

A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

- Risco da contraparte: É a possibilidade do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações com ativos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos.
- Risco país: É a possibilidade de perdas relacionadas ao não cumprimento de obrigações financeiras por tomadores localizados fora do país, em virtude de ações realizadas pelo governo do país em que reside o mesmo.
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras, nos termos pactuados, por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

O gerenciamento do risco de crédito é de responsabilidade da área de risco da Companhia que visa garantir o cumprimento do determinado na política da Companhia e assegurar que os limites operacionais estabelecidos sejam executados.

A Companhia estabelece sua política de crédito com base no cenário interno, como composição da carteira por título, por emissor, por rating, por atividade econômica e pelo duration da carteira. E no cenário externo como taxas de juros, de inflação, entre outros.

A área de análise de crédito também participa ativamente neste processo, sendo responsável pela avaliação do risco de crédito emissões e emissores com os quais as empresas da XP Controle 2 mantém ou pretendem manter relações creditícias, ou intencionam recomendar posições de risco de crédito a clientes. Cabe à área de análise de crédito também a recomendação de limite das posições de risco de crédito dos clientes.

As análises realizadas são apresentadas ao Comitê Consultivo de Crédito, que tem como atribuição determinar se os créditos avaliados são elegíveis como risco de contraparte ou outros para os diversos veículos das empresas da Companhia. Com relação aos créditos destinados à distribuição para a base de clientes da XP CCTVM, são determinados também os limites de crédito para cada emissor e emissão estruturada.

A revisão dos créditos avaliados no Comitê Consultivo de Crédito é realizada periodicamente pela Área de Análise de Crédito, de acordo com normas e metodologias internas.

A área de risco é subordinada diretamente ao Diretor de Risco, sem qualquer vinculação com a área comercial. A área de análise de crédito também é subordinada ao Diretor de Risco, tendo a isenção necessária para a realização de suas atividades, uma vez que não participa da definição de estratégias de negócios e não realiza as operações de mercado de qualquer natureza.

A Administração realiza análise da qualidade de crédito dos ativos que não estão vencidos nem reduzidos ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, tais ativos eram substancialmente representados por aplicações interfinanceiras cujas contrapartes são bancos brasileiros com baixo risco de crédito, títulos emitidos pelo governo brasileiro, bem como operações de instrumentos financeiros derivativos que em sua grande maioria são negociados em bolsa (BM&FBovespa) e que portanto possuem garantia da mesma.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Segue abaixo quadro com esta demonstração.

Posição ativa

	Controladora				Total
	Sem	Até 3	De 3 a	Acima de	
	Vencimento	meses	12 meses	12 meses	
Disponibilidades (Caixa)	443	-	-	-	443
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	10.603	-	-	10.603
Ativos financeiros mantidos para negociação					
Títulos públicos	-	-	-	6.462	6.462
Outros ativos	-	26.834	-	-	26.834
Total	443	37.437	-	6.462	44.342

31/12/2014					
	Sem	Até 3	De 3 a	Acima de	Total

XP Investimentos S.A.
(Atual denominação social da XP Controle 2 Participações S.A.)
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Vencimento	meses	12 meses	12 meses	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	27.709	-	-	27.709
Rendas a receber	-	155	-	-	155
Total	-	27.864	-	-	27.864

Consolidado					
31/12/2015					
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Disponibilidades (Caixa)	27.600	-	-	-	27.600
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	624.790	-	-	624.790
Ativos financeiros mantidos para negociação					
Títulos públicos	-	86	23.380	806.286	829.752
Títulos privados	-	835	8.857	88.418	98.110
Derivativos	-	33.515	50.453	38.385	122.353
Outros	1.025	-	-	32.951	33.976
Ativos financeiros disponível para venda					
Títulos públicos	-	-	1.266	31.274	32.540
Títulos privados	-	-	-	4.420	4.420
Negociação e intermediação de valores					
Contraparte bolsa	-	971.897	-	-	971.897
Contraparte cliente	-	111.809	-	-	111.809
Rendas a receber	-	20.321	-	-	20.321
Outros ativos	-	39.626	-	-	39.626
Total	28.625	1.802.879	83.956	1.001.734	2.917.194

31/12/2014					
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Disponibilidades (Caixa)	6.609	-	-	-	6.609
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	330.565	-	-	330.565
Ativos financeiros mantidos para negociação					
Títulos públicos	-	28.026	82.131	381.635	491.793
Títulos privados	-	359	4.843	193.323	198.525
Derivativos	-	20.422	21.646	353	42.421
Outros	516	-	-	-	516
Negociação e intermediação de valores					
Contraparte Bolsa	-	1.125.157	-	-	1.125.157
Contraparte cliente	-	15.556	-	-	15.556
Rendas a receber	-	12.844	-	-	12.844
Outros ativos	-	41.160	-	-	41.160
Total	7.125	1.574.089	108.620	575.311	2.265.146

(d) Risco de liquidez

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração diferentes prazos de liquidação de direitos e obrigações.

A Companhia possui política de gerenciamento de risco de liquidez, que visa garantir um nível mínimo de liquidez considerado adequado pela Alta Administração. Essa política prevê ações a serem tomadas em casos de contingência de liquidez, devendo estes ser suficientes para gerar o reenquadramento do caixa dentro dos limites requeridos de liquidez mínima.

A estrutura e o gerenciamento de riscos é de responsabilidade da área de riscos, que está subordinada à Diretoria Executiva, evitando desta forma eventual conflito de interesse com áreas tomadoras de liquidez.

O controle de Risco de Liquidez é baseado na projeção de caixa e ativos com risco de crédito. A projeção de caixa conta com os recursos livres depositados pelos clientes, enquanto a destinação dos recursos podem ser classificadas quanto a seus prazos de liquidação ou zeragem.

Para o cenário estressado, são considerados atrasos nos ativos de crédito privado e quanto um eventual stress afetaria as condições de liquidez da Companhia.

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos da Companhia segregados por seus respectivos vencimentos. Pelo fato dos depósitos de clientes registrados na rubrica passiva "Negociação e intermediação de valores" não possuírem vencimento contratual, foram alocados na coluna "Até 1 mês", não considerando a análise comportamental de resgates para este tipo de conta. Tal alocação faz com que os passivos apresentados sejam superiores aos ativos nesta faixa de vencimento, porém não representa um risco de liquidez.

Adicionalmente, os Instrumentos de Dívida estão representados por Títulos Públicos emitidos pelo governo brasileiro e apresentados no quadro abaixo pela sua respectiva data de vencimento, mesmo se tratando de instrumentos com alta liquidez que podem ser negociados a qualquer momento.

31/12/2015						
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Controladora Fluxo de caixa contratual
Ativos						
Disponibilidades (Caixa)	443	-	-	-	-	443
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.603	-	-	-	-	10.603
Instrumentos de dívida	-	-	-	-	6.462	6.462
Impostos e contribuições a compensar	591	-	-	-	-	591
Outros ativos	26.834	-	-	-	-	26.834
Total	38.471	-	-	-	6.462	44.933

31/12/2015						
Controladora						
	Até	Até 3	De 3 a	De 1 a	Acima de 5	Fluxo de caixa
	1 mês	meses	12 meses	5 anos	anos	contratual
Passivos						
Fornecedores	81	-	-	-	-	81
Obrigações fiscais e previdenciárias	394	-	-	-	-	394
Obrigações sociais e estatutárias	29.800	-	-	-	-	29.800
Total	30.275	-	-	-	-	30.275

31/12/2015						
Controladora						
GAP (Ativos e Passivos)						
Ativos						44.933
Passivos						30.275
Total						14.658

31/12/2015						
Consolidado						
	Até	Até 3	De 3 a	De 1 a	Acima de	Fluxo de caixa
	1 mês	meses	12 meses	5 anos	5 anos	contratual
Ativos						
Disponibilidades (Caixa)	27.600	-	-	-	-	27.600
Aplicações interfinanceiras de liquidez	624.790	-	-	-	-	624.790
Instrumentos de dívida	619	302	33.503	516.508	446.841	997.773
Instrumentos de patrimônio	248.092	-	-	-	-	248.092
Instrumentos financeiros derivativos ativos	3.502	30.028	50.438	38.159	226	122.353
Negociação e intermediação de valores	1.083.706	-	-	-	-	1.083.706
Rendas a receber	20.321	-	-	-	-	20.321
Impostos e contribuições a compensar	29.037	-	-	-	-	29.037
Despesas antecipadas	2.903	5.639	10.702	27.725	-	46.969
Ativo fiscal diferido	-	-	-	84.385	-	84.385
Outros ativos	39.626	-	-	-	-	39.626
Total	2.080.196	35.969	94.643	666.777	447.067	3.324.652

31/12/2015						
Consolidado						
	Até	Até 3	De 3 a	De 1 a	Acima de	Fluxo de caixa
	1 mês	meses	12 meses	5 anos	5 anos	contratual
Passivos						
Instrumentos financeiros derivativos passivos	3.377	68.137	57.208	33.411	226	162.359
Obrigações por operações compromissadas	715.905	-	-	-	-	715.905
Credores por empréstimo de ações	140.673	-	-	-	-	140.673
Negociação e intermediação de valores passivos	1.629.059	-	-	-	-	1.629.059
Fornecedores	38.482	-	-	-	-	38.482
Provisões e contingências passivas	-	-	-	2.640	-	2.640
Obrigações fiscais e previdenciárias	21.448	-	-	-	-	21.448
Obrigações sociais e estatutárias	96.808	-	-	-	-	96.808
Outros passivos	47.039	-	-	-	-	47.039
Total	2.692.791	68.137	57.208	36.051	226	2.854.413

31/12/2015						
Consolidado						
GAP (Ativos e Passivos)						
Ativos						3.324.652
Passivos						2.854.413
Total						470.239

31/12/2014						
Controladora						
	Até	Até 3	De 3 a	De 1 a	Acima de 5	Fluxo de caixa
	1 mês	meses	12 meses	5 anos	anos	contratual
Ativos						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	27.709	-	-	-	-	27.709
Rendas a receber	155	-	-	-	-	155
Impostos e contribuições a compensar	6	-	-	-	-	6
Total	27.870	-	-	-	-	27.870

31/12/2014						
Controladora						
	Até	Até 3	De 3 a	De 1 a	Acima de 5	Fluxo de caixa
	1 mês	meses	12 meses	5 anos	anos	contratual
Passivos						
Fornecedores	45	-	-	-	-	45
Total	45	-	-	-	-	45

	31/12/2014
GAP (Ativos e Passivos)	Controladora
Ativos	27.870
Passivos	45
Total	27.825

	31/12/2014					
	Consolidado					
Ativos	Até	Até 3	De 3 a	De 1 a	Acima de	Fluxo de caixa
	1 mês	meses	12 meses	5 anos	5 anos	contratual
Disponibilidades (Caixa)	6.609	-	-	-	-	6.609
Aplicações interfinanceiras de liquidez	330.565	-	-	-	-	330.565
Instrumentos de dívida	685	27.700	86.975	250.912	324.046	690.318
Instrumentos de patrimônio	63.449	-	-	-	-	63.449
Instrumentos financeiros derivativos ativos	6.318	14.097	21.653	353	-	42.421
Negociação e intermediação de valores	1.140.713	-	-	-	-	1.140.713
Rendas a receber	12.844	-	-	-	-	12.844
Impostos e contribuições a compensar	18.080	-	-	-	-	18.080
Despesas antecipadas	728	1.567	4.029	10.261	787	17.372
Outros ativos	41.160	-	-	-	-	41.160
Ativo fiscal diferido	-	-	-	100.546	-	100.546
Total	1.621.151	43.364	112.657	362.072	324.833	2.464.077

	31/12/2014					
	Consolidado					
Passivos	Até	Até 3	De 3 a	De 1 a	Acima de	Fluxo de caixa
	1 mês	meses	12 meses	5 anos	5 anos	contratual
Obrigações por operações compromissadas	291.055	-	-	-	-	291.055
Fornecedores	17.537	-	-	-	-	17.537
Obrigações fiscais e previdenciárias	9.023	-	-	-	-	9.023
Provisões e contingências passivas	-	-	-	2.087	-	2.087
Negociação e intermediação de valores passivos	1.533.833	-	-	-	-	1.533.833
Obrigações sociais e estatutárias	32.050	-	-	-	-	32.050
Credores por empréstimos de ações	74.280	-	-	-	-	74.280
Instrumentos financeiros derivativos passivos	2.631	10.059	23.617	245	-	36.552
Outros passivos	6.161	-	-	-	-	6.161
Total	1.966.570	10.059	23.617	2.332	-	2.002.578

	31/12/2014					
	Consolidado					
GAP (Ativos e Passivos)						
Ativos	2.464.077					
Passivos	2.002.578					
Total	461.499					

(e) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, preço de ações e taxas de juros, têm nos ganhos da XP Controle 2 e suas controladas, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A administração de risco de mercado das operações é efetuada por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, visando a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Companhia e atender à estratégia de negócios e aos limites definidos pelo Comitê de Risco.

A principal ferramenta utilizada para mensurar e controlar o risco de exposição da XP Controle 2 e suas controladas ao mercado, principalmente quanto à sua carteira de ativos para negociação, é o programa Maps Luna, que calcula a alocação de capital com base nas parcelas de exposição de risco de mercado constantes nos normativos emanados pelo BACEN para as instituições financeiras, os quais são tomados como base para a verificação da exposição ao risco dos ativos da XP Controle 2 e de suas controladas.

Para atendimento às disposições do órgão regulador, as instituições financeiras do Grupo XP fazem o controle diário da exposição pelo cálculo das parcelas de risco, registrando os resultados no Documento 2011 - Demonstrativo Diário de Acompanhamento das Parcelas de Requerimento de Capital (DDR), conforme disposto na Carta-circular nº 3.331/08 do BACEN, submetendo-o diariamente para essa instituição.

Com as regras formalizadas, o Departamento de Risco tem o objetivo de controlar, acompanhar e assegurar o enquadramento dos limites preestabelecidos, podendo recusar-se, total ou parcialmente, a receber e/ou executar as operações solicitadas, mediante a imediata comunicação aos clientes, além de intervir em casos de desenquadramento e reportar ao Comitê todos os eventos atípicos.

Além do controle efetuado pela ferramenta, a XP Controle 2 e suas controladas adotam diretrizes para o controle do risco dos ativos que balizam as operações da Tesouraria para que as carteiras próprias das empresas participantes sejam compostas de ativos que tenham baixa volatilidade e, conseqüentemente, menor exposição ao risco. No caso de desenquadramento dos limites operacionais, o gestor da Tesouraria deve tomar medidas necessárias para o reenquadramento o mais rápido possível.

(j) Risco de moeda

A XP Controle 2 e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda em função de possuir participação indireta na XP Holding International, cujo investimento em 31 de dezembro de 2015 era de US\$ 12.037 (31/12/2014: US\$ 8.585). A moeda funcional da XP Controle 2 é o Real, XP Holding International o Dólar Americano.

A XP Controle 2 utilizou contratos de "Hedge" de futuros para imunizar seu risco cambial.

	Moeda	Exposição	Derivativo	Montante hedgeado (a)
XP Holding Internacional	US\$	12.037	Futuros	17.992

(a) Com o intuito de também hedgear os efeitos fiscais da operação o montante hedgeado é aproximadamente da ordem de 1,5 do saldo da exposição.

(ii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da XP Controle 2 e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da XP Controle 2 e suas controladas era:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros		
Selic/DI	647.959	384.099
IGPM	3.248	18.395
IPCA	313.104	287.627
PRE	6.323	197
LIBOR	30.947	-
Passivos financeiros	31/12/2015	31/12/2014
Selic/DI	324	80

Análise de sensibilidade

Uma alteração de 100 pontos-base nas taxas de juros na data das demonstrações financeiras teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício em R\$ 691 (em 31 de dezembro de 2014, redução de R\$ 1.559).

(iii) Outros riscos de preço de mercado

Outro risco de preço de mercado é o risco decorrente da variação do preço de ações listadas em bolsa de valores, mantidas na carteira própria da XP Controle 2 e suas controladas, que podem afetar o seu resultado.

O risco de preço é gerenciado pela Administração da XP Controle 2 e suas controladas, pela diversificação da sua carteira e/ou por meio da utilização de contratos de derivativos, como opções ou futuros.

Exposição a outros riscos de preço de mercado

Na data das demonstrações financeiras, a XP Controle 2 e suas controladas tinham exposição de 0,16% em relação ao seu patrimônio líquido em ações de empresas listadas.

Análise de sensibilidade

Todas as ações de empresas detidas pela XP Controle e suas controladas são listadas na BM&FBOVESPA S.A.. Uma redução de 5% nos preços das ações em 31 de dezembro de 2015, considerando que todas as outras variáveis se mantenham constantes, aumentaria o patrimônio líquido consolidado e o lucro líquido consolidado em 0,47% e 2,16% (em 31 de dezembro 2014, redução de 0,0017% e 0,19%), respectivamente.

(f) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos, decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da XP Controle 2 e suas controladas, e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da XP Controle 2 e suas controladas.

O objetivo da XP Controle 2 e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação das empresas, além de buscar eficiência de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da XP Controle 2 e suas controladas para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional; e
- Padrões éticos e comerciais.

As instituições financeiras do Grupo XP, em cumprimento ao disposto no artigo 4º, § 2º da Resolução nº 3.380/06 do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 27 de junho de 2006, possuem um processo que engloba as políticas institucionais, de processos, de procedimentos e de sistemas e planos de contingência e continuidade dos negócios para ocorrência de eventos externos, além da formalização da estrutura única requerida pelo órgão regulador.

6 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades em moeda nacional referem-se basicamente a aplicações de curto prazo. Essa posição apresenta risco insignificante de mudança de valor justo e prazo de vencimento inferior a 90 dias da data efetiva de aplicação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades (Caixa)	443	-	27.600	6.609
Aplicações interfinanceiras de liquidez ^(a)	10.603	27.709	364.473	330.565
Total	11.046	27.709	392.073	337.174

	Vencimento	meses	12 meses	12 meses	Mercado	Custo
Ativos financeiros mantidos para negociação	63.449	48.807	108.620	575.311	796.188	606.631
Instrumentos de dívida	-	4.648	9.376	379.506	393.531	219.809
Carteira livre	63.449	4.648	9.376	379.506	393.531	219.809
Letras do Tesouro Nacional	-	419	-	1.066	1.484	1.488
Letras Financeiras do Tesouro	-	3.870	4.158	22.430	30.458	30.463
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	376	178.589	178.965	6.728
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	-	-	-	-
Certificados de Depósito Bancário	-	93	142	6.685	6.920	6.920
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	2.396	36.260	38.656	37.162
Certificados de Recebíveis Agronegócio	-	-	-	-	-	-
Letras de Crédito Imobiliário	-	175	1.905	9	2.089	2.089
Letras de Crédito Agronegócio	-	-	-	-	-	-
Letras de Câmbio	-	-	-	27	27	27
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	91	350	110.238	110.679	110.679
Outros	-	-	50	24.204	24.254	24.254
Instrumentos de patrimônio	63.449	-	-	-	63.449	63.449
Carteira livre	63.449	-	-	-	63.449	63.449
Ações de companhias abertas	11.493	-	-	-	11.493	11.493
Recebidos por empréstimos	516	-	-	-	516	516
Cotas de fundos de investimento	51.440	-	-	-	51.440	51.440
Instrumentos de dívida	-	-	-	3.453	3.453	3.448
Vinculados à operações compromissadas	-	-	-	3.453	3.453	3.448
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	3.453	3.453	3.448
Instrumentos de dívida	-	23.737	77.598	191.999	293.334	277.504
Vinculados à prestação de garantias	-	23.737	77.598	191.999	293.334	277.504
Letras Financeiras do Tesouro	-	23.737	77.598	176.098	277.433	277.504
Certificados de Depósito Bancário	-	-	-	15.901	15.901	15.901
Instrumentos financeiros derivativos ativos (Nota 9.a)	-	20.422	21.646	353	42.421	42.421
Total Ativos financeiros	63.449	48.807	108.620	575.311	796.188	606.631

b. Posição passiva

	Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Passivos financeiros mantidos para negociação	303.032	110.832
Instrumentos financeiros derivativos passivos (Nota 9.a)	162.359	36.552
Credores por empréstimos de ações	140.673	74.280

9 Instrumentos financeiros derivativos

Os contratos derivativos têm seus valores "nacionais" registrados em contas de compensação e os ganhos e as perdas registrados em contas patrimoniais em contrapartida a contas de resultado.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações de futuros, termo, opções e swaps, é apurado de acordo com os seguintes critérios:

- **Futuros** - com base nos ajustes apropriados/pagos diariamente.
- **Termo** - pelo valor de cotação de mercado à vista, sendo as parcelas a receber ou a pagar prefixadas para uma data futura, ajustadas a valor presente, com base nas taxas de mercado, divulgadas pela BM&FBOVESPA S.A..
- **Opções** - preço médio de negociação no dia da apuração ou, quando não disponível, com base em modelos de precificação.
- **Swap** - pelo método de fluxo de caixa descontado, cujas taxas de desconto utilizadas são divulgadas pela BM&FBOVESPA S.A..

a. As posições com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão demonstradas a seguir:

Posição Ativa - Consolidado	Tipo	31/12/2015		Vencimentos
		Valor de mercado	Valor de referência	
Prêmio de opções				
Posição comprada:				
Ação	Compra	10.015	632.811	Até 3 meses
Ação	Compra	4.126	320.229	De 3 a 12 meses
Ação	Compra	2.861	211.120	Acima de 12 meses
Ação	Venda	13.395	237.344	Até 3 meses
Ação	Venda	19.400	266.471	De 3 a 12 meses
Ação	Venda	2.172	43.063	Acima de 12 meses
Futuro de Dólar	Compra	4.175	383.324	Até 3 meses
Futuro de Dólar	Compra	23.850	441.447	De 3 a 12 meses
Futuro de Dólar	Compra	27.966	208.164	Acima de 12 meses
Futuro de Dólar	Venda	3.362	113.799	Até 3 meses
Futuro de Dólar	Venda	2.465	62.283	De 3 a 12 meses
Futuro de Dólar	Venda	1.133	21.881	Acima de 12 meses
Swap				
PRE x CDI		3.808	194.914	Acima de 12 meses
Futuro				
Futuro de Dólar	Venda	845	93.741	Até 3 meses

XP Investimentos S.A.
(Atual denominação social da XP Controle 2 Participações S.A.)
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Futuro de Índice	Venda	(68)	18.502	Até 3 meses
Futuro de Índice	Venda	-	1.932	De 3 a 6 meses
Futuro de Índice	Venda	(29)	113.392	De 3 a 12 meses
Futuro de Commodities	Venda	(22)	1.978	Até 3 meses
Futuro de Commodities	Venda	6	1.830	De 3 a 12 meses
Termo				
Ação		1.571	1.582	Até 3 meses
Ação		106	115	De 3 a 12 meses
Moeda		242	242	Até 3 meses
Moeda		529	529	De 3 a 12 meses
Moeda		445	445	Acima de 12 meses

Instrumentos financeiros derivativos ativos

122.353

				31/12/2015
				Vencimentos
Posição Passiva - Consolidado	Tipo	Valor de mercado	Valor de referência	
Prêmio de opções				
Posição vendida:				
Ação	Compra	6.637	602.979	Até 3 meses
Ação	Compra	6.906	418.387	De 3 a 12 meses
Ação	Compra	2.314	237.949	Acima de 12 meses
Ação	Venda	58.307	590.712	Até 3 meses
Ação	Venda	26.041	269.443	De 3 a 12 meses
Ação	Venda	2.131	48.052	Acima de 12 meses
Futuro de Dólar	Compra	5.683	279.466	Até 3 meses
Futuro de Dólar	Compra	23.962	367.127	De 3 a 12 meses
Futuro de Dólar	Compra	27.199	250.475	Acima de 12 meses
Futuro de Dólar	Venda	843	13.812	Até 3 meses
Futuro de Dólar	Venda	628	7.954	De 3 a 12 meses
Futuro de Dólar	Venda	1.669	2.759	Acima de 12 meses
Swap				
CDI x PRE		324	62.000	Acima de 12 meses
Futuro				
Futuro de Dólar		(364)	19.011	Até 3 meses
Futuro de Índice		79	16.585	Até 3 meses

Instrumentos financeiros derivativos passivos

162.359

				31/12/2014
				Vencimentos
Posição Ativa - Consolidado	Tipo	Valor de mercado	Valor de referência	
Prêmio de opções				
Posição comprada:				
Ação	Compra	4.217	38.082	Até 3 meses
Ação	Compra	2.747	23.801	De 3 a 6 meses
Ação	Compra	12.781	85.286	De 6 a 12 meses
Ação	Venda	6.771	32.459	Até 3 meses
Ação	Venda	782	6.821	De 3 a 6 meses
Ação	Venda	1.408	10.069	De 6 a 12 meses
Futuro de Commodities	Compra	5	21	Até 3 meses
Futuro de Dólar	Compra	55	3.416	Acima de 12 meses
Futuro de Dólar	Compra	8.462	78.122	Até 3 meses
Futuro de Dólar	Compra	2.179	34.218	De 3 a 6 meses
Futuro de Dólar	Venda	-	10	Até 3 meses
Futuro de Índice	Compra	269	3.046	Até 3 meses
Futuro de Índice	Compra	1.129	12.821	De 3 a 6 meses
Futuro de Índice	Compra	271	2.060	De 6 a 12 meses
Futuro de Índice	Venda	691	5.777	Até 3 meses
Futuro de Índice	Venda	287	3.208	De 3 a 6 meses
Futuro de Índice	Venda	62	504	De 6 a 12 meses
Swap				
PRE x CDI		298	50.358	Acima de 12 meses
PRE x CDI		7	7.571	Até 3 meses

Instrumentos financeiros derivativos ativos

42.421

				31/12/2014
				Vencimentos
Posição Passiva - Consolidado	Tipo	Valor de mercado	Valor de referência	
Prêmio de opções				
Posição vendida:				
Ação	Compra	1.101	12.568	Até 3 meses
Ação	Compra	2.227	17.540	De 3 a 6 meses
Ação	Compra	13.388	82.830	De 6 a 12 meses
Ação	Compra	165	630	Acima de 12 meses
Ação	Venda	2.402	26.048	Até 3 meses
Ação	Venda	1.420	10.740	De 3 a 6 meses
Ação	Venda	1.250	8.337	De 6 a 12 meses
Futuro de Commodities	Compra	2	11	Até 3 meses
Futuro de Dólar	Compra	8.349	75.986	Até 3 meses
Futuro de Dólar	Compra	3.085	43.793	De 3 a 6 meses
Futuro de Dólar	Venda	-	2	Até 3 meses
Futuro de Índice	Compra	95	1.788	Até 3 meses
Futuro de Índice	Compra	1.128	9.758	De 3 a 6 meses
Futuro de Índice	Compra	284	1.933	De 6 a 12 meses

XP Investimentos S.A.
(Atual denominação social da XP Controle 2 Participações S.A.)
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Futuro de Índice	Venda	298	4.821	Até 3 meses
Futuro de Índice	Venda	652	6.801	De 3 a 6 meses
Swap				
CDI x PRE		80	20.086	Acima de 12 meses
Futuro				
Dólar	Venda	626	69.255	Até 3 meses
Instrumentos financeiros derivativos passivos			<u><u>36.552</u></u>	

10 Rendas a receber

	Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Clientes ^(a)	17.471	11.213
Outros	2.850	1.631
Total	<u><u>20.321</u></u>	<u><u>12.844</u></u>

^(a) Referem-se a valores a receber de rebate de taxa de administração e performance decorrente da distribuição de fundos e valores a receber pela gestão de fundos efetuados pela XP Gestão além de valores a receber referente à prestação de serviço, os quais possuem prazo médio de realização de 30 dias. Não existe concentração nos saldos a receber para 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

11 Impostos e contribuições a compensar

	Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Federais	28.397	17.909
Municipais	640	171
Total	<u><u>29.037</u></u>	<u><u>18.080</u></u>

12 Despesas antecipadas

Em 1º de abril de 2011, a XP CCTVM contratou a Wolwacz & Ruschel Ltda. ("WR"), sociedade que atua na área Educacional ministrando cursos relacionados a temas do mercado financeiro, para realizar eventos educacionais relacionados à sua atuação. Os eventos incluem, mas não se limitam a, cursos, seminários, workshops e palestras. A realização engloba a criação, promoção e organização dos Eventos pela WR com todos os custos a isso inerentes.

Além desses serviços, a WR disponibiliza projetos de estratégias operacionais para o mercado de renda variável, que poderão ser inseridos como ferramentas a serem utilizadas por todos os clientes da XP CCTVM no home broker. Adicionalmente, fazem parte de seus serviços educacionais a divulgação da marca da XP CCTVM e a indicação desta aos participantes dos cursos promovidos pela WR que se mostrarem interessados em realizar operações no mercado financeiro.

Pelo contrato, a XP CCTVM pagou o montante de R\$ 5.250, cuja despesa está sendo amortizada pelo prazo de vigência do contrato, que é de dez anos.

A partir do primeiro semestre de 2014, a XP CCTVM implantou uma campanha de incentivo à captação de novos clientes (Pan - Programa de aceleração de negócios) com sua rede de agentes autônomos, oferecendo um adiantamento de remuneração com o objetivo principal de incrementar a captação de recursos e por consequência o incremento da receita que será gerada ao longo do tempo por tais investimentos.

Essa campanha prevê o pagamento de um incentivo financeiro para ativação de novas contas e aumento de custódia. A Administração entende que tais valores se caracterizam como parte da remuneração dos agentes autônomos e, desta forma, estão classificados como despesas antecipadas e, de acordo com estudo técnico, estão sendo apropriadas ao resultado, linearmente, durante quatro anos.

A despesa antecipada apresenta a seguinte composição consolidada:

	Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Wolwacz & Ruschel Ltda.	2.888	3.413
Licenças de uso	10.945	2.290
Pan - Programa de aceleração de negócios	19.598	11.123
Outras despesas pagas antecipadamente	13.538	546
Total	<u><u>46.969</u></u>	<u><u>17.372</u></u>

13 Outros ativos

	Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Adiantamentos	1.990	1.666
Valores a receber - agentes autônomos	1.994	1.939
Reembolsos	229	967
Aplicação em fundos a liquidar ^(a)	2.977	14.914
Valores em garantia de contingências (nota 25)	1.488	4.356
Taxa de custódia	699	516
Contratos de mútuo ^(b)	1.830	13.577
Carteira de câmbio ^(c)	23.821	-
Outros	4.598	3.225
Total	<u><u>39.626</u></u>	<u><u>41.160</u></u>

^(a) Referente a aplicação em D+1 da XP CCTVM

^(b) Em 31 dezembro de 2014, refere-se basicamente a contratos de mútuos celebrados em função da aquisição, pela XP CCTVM, da Clear CTVM S/A, liquidados no exercício de 2015.

^(c) O referido saldo foi inteiramente liquidado em Janeiro de 2016.

14 Participação em controladas

(i) Participação societária direta

Em 31 de dezembro de 2015

	XPC 3	XPHI ^(a)	Total
Quantidade de ações emitidas	54.803	400.396	
Ordinárias nominativas	1.054.803	1.807.303	
Participação direta	100,00%	60,05%	
Capital social	245.462	57.697	303.159
Patrimônio líquido	314.243	111.144	425.387
Lucro líquido do exercício	53.373	35.593	88.966
Valor contábil dos investimentos em 31/12/2015	314.243	66.737	380.980
Resultado de participação em controladas na XP Controle 2	53.373	21.117	74.490

Em 31 de dezembro de 2014

Quantidade de ações emitidas	1.000.000	1.406.907	
Ordinárias nominativas	1.000.000	826.685	
Participação direta	100,00%	58,76%	
Capital social	159.250	30.068	189.318
Patrimônio líquido	237.042	64.577	301.619
Lucro líquido do exercício	15.473	13.727	29.200
Valor contábil dos investimentos em 31/12/2014	237.042	37.880	274.922
Resultado de participação em controladas na XP Controle 2	15.473	8.002	23.475

^(a) A alteração no percentual da Companhia, decorreu pelos aumentos de capital aprovados em assembleias gerais extraordinárias no exercício de 2015.

15 Imobilizado de uso

	Consolidado						Total
	Sistema de processamento dados	Sistema de Comunicação	Móveis e Equipamentos	Sistemas de Segurança	Veículos	Instalações	
Saldo em 31/12/2013	5.962	-	5.924	664	25	2.199	14.774
Adições	1.262	-	1.258	17	-	1.050	3.587
Alienações/Baixas	(17)	-	(238)	-	(24)	(152)	(431)
Depreciação no exercício	(2.208)	-	(1.108)	(74)	(1)	(280)	(3.671)
Saldo em 31/12/2014	4.999	-	5.836	607	-	2.817	14.259
Adições	4.350	325	2.185	10	-	4.072	10.942
Alienações/Baixas	(1.349)	-	(477)	(11)	-	(370)	(2.207)
Transferências	23	-	17	-	-	53	93
Depreciação no exercício	(2.189)	(15)	(1.245)	(73)	-	(647)	(4.169)
Saldo em 31/12/2015	5.834	310	6.316	533	-	5.925	18.918
Prazo de vida útil (em anos)	5	5	10	5	5	10	
Taxa de depreciação (ao ano)	20%	20%	10%	20%	20%	10%	

16 Obrigações por operações compromissadas

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Letras Financeiras do Tesouro	1.850	3.448
Letras do Tesouro Nacional	260.317	-
Notas do Tesouro Nacional	453.738	287.607
Total	715.905	291.055

17 Obrigações fiscais e previdenciárias

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
IR	9.267	3.228
CSLL	3.850	670
COFINS	2.910	1.939
ISS	2.561	1.203
PIS	474	323
INSS	1.004	990
Outros	1.382	670
Total	21.448	9.023

18 Negociação e intermediação de valores - ativo e passivo

Representada por operações na Bolsa de Valores e Mercadorias, por conta e ordem de terceiros, com ciclo operacional de liquidação entre d+1 e d+5.

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e registro de liquidação - Ativo	970.622	1.125.157
Devedores por liquidação pendente - Ativo	111.809	15.556
Operações com ativos financeiros e mercadorias	1.275	-
Total	1.083.706	1.140.713
Caixa e registro de liquidação - Passivo	916.594	1.023.095

Credores por liquidação pendente - Passivo	712.465	510.738
Total	1.629.059	1.533.833

19 Outros passivos

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Despesa com pessoal	3.335	4.468
Aquisição de bens e direitos ^(a)	17.646	-
Carteira de câmbio	23.821	-
Outros	2.237	1.693
Total	47.039	6.161

^(a) Referem-se a provisão de parcela adicional de earn-out do processo de aquisição da Clear Investimentos no montante de R\$ 10.730 e provisão do acordo para transferência da base de clientes da Um Investimentos no montante de R\$ 6.916, ambas condicionadas a atingimento de determinadas metas.

20 Impostos e contribuições correntes

a. Imposto Sobre Serviços (ISS)

As controladas XP CCTVM, XP Educação, Tecfinance, Infostocks, Money & Market, XP Finanças e XP Seguros recolhem o Imposto Sobre Serviços (ISS) na cidade de São Paulo, à alíquota de 5% (cinco por cento). Por sua vez, as controladas XP Gestão e XP Advisory recolhem o mesmo imposto, à alíquota é de 2% (dois por cento), também na cidade de São Paulo.

b. Imposto de renda e contribuição social

As controladas XP Gestão, Tecfinance, XP Finanças e Money & Market apuram o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido. A base de cálculo, conforme legislação em vigor, foi apurada mediante a aplicação do percentual de 32% para imposto de renda e contribuição social sobre a receita bruta de serviços, acrescida de outras receitas, rendimentos e ganhos de capital. O imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre lucros presumidos trimestrais superiores a R\$ 60. A contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

A XP Controle 2, as *holdings*, a XP Educação, a Infostocks, a XP Seguros, a XP CCTVM e a Clear apuram o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real em que o imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é apurada com base na alíquota de 9% nas *holdings* e demais empresas sobre o lucro tributável e sob a alíquota de 20% (15% até setembro de 2015) na XP CCTVM e Clear.

Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido- CSLL, de 15% para 20% sobre os lucros tributáveis gerados no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018 e 15% a partir de 01 de janeiro de 2019, em relação às instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I ao VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. A mesma regra foi utilizada na constituição dos impostos diferidos sobre as diferenças temporárias que serão realizadas até 31 de dezembro de 2018, sendo a alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para a contribuição social.

c. PIS e COFINS

As empresas recolhem, ainda, a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) às alíquotas de 0,65% (XP Educação, XP Gestão, Tecfinance, XP Finanças, XP CCTVM e XP Seguros, Money Markets e Infostocks) e 1,65% (XP Controle 2 e *holdings*) e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) à alíquota de 3,0% (XP Educação, XP Gestão, Money Markets, Infostocks, Tecfinance, XP Finanças e XP Seguros), 4,0% (XP CCTVM) e 7,6% (XP Controle 2 e *holdings*) sobre o total de receitas mensais. A XP Controle 2 e *holdings* ainda estão sujeitas à alíquota de 4% (Cofins) e 0,65% (Pis) sobre as receitas financeiras.

21 Impostos e contribuições diferidos consolidados

(i) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos consolidados

Abaixo está demonstrado o cálculo de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2015	31/12/2014
Diferenças temporárias ativas	7.694	11.844
Crédito Tributário decorrente de ágio na aquisição de investimentos	170.337	230.456
Prejuízo fiscal	13.010	9.129
Base de cálculo IRPJ e CSLL pelo lucro real	191.041	251.429
IR (25%)	47.674	62.846
CS (9% e 20%) (*)	36.711	37.700
Total do ativo fiscal diferido	84.385	100.546

(*) A alíquota de CSLL da XP CCTVM e Clear é de 20% (15% até setembro de 2015), enquanto que para demais empresas é de 9%.

Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidos consolidados:

	Saldo em 31/12/2014	Constituição (Realização)	Saldo em 31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para comissões de agentes e gratificações ^(b)	4.401	(3.030)	1.371
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos ^(c)	49	584	633
Crédito tributário decorrente de ágio na aquisição de investimentos (Nota 15) ^(d)	92.182	(15.530)	76.652
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL ^(a)	3.645	(2.155)	1.490
IR/CSLL sobre instrumento de Hedge	-	2.917	2.917
Outros	269	(269)	-
Provisão para devedores duvidosos	-	303	303

Provisão para contingências passivas	-	1.019	1.019
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	100.546	(16.161)	84.385

^(a) Prejuízo fiscal decorrente de bases negativas de imposto de renda e contribuição social na empresa XP Holding Investimentos S.A., na XPI CCTVM (em 2014), e na XP Seguros;

^(b) Diferenças temporárias oriundas basicamente de provisões para pagamento de agentes autônomos de investimentos;

^(c) Diferenças temporárias oriundas de ajuste a valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários da XP CCTVM;

^(d) Benefício fiscal por aproveitamento de ágio pago na entrada de novos investidores no Grupo.

(ii) Previsão de realização dos créditos tributários ativos

	Diferenças Temporárias		Total dos impostos diferidos
	Imposto de renda	Contribuição social	
Até 1 ano	17.918	13.875	31.793
de 1 a 2 anos	16.344	12.497	28.841
de 2 a 3 anos	13.412	10.339	23.751
Total	47.674	36.711	84.385

(iii) Impostos diferidos líquidos consolidados

Conciliação do imposto de renda e da contribuição social consolidados:

	31/12/2015		31/12/2014	
	%	192.487	%	70.110
Resultado antes dos impostos				
Imposto utilizando a alíquota de imposto da controladora	34,00	65.446	34,00	23.837
Efeito de alíquotas de imposto de entidades no exterior	0,84	1.608	1,02	714
Efeito de imposto sobre resultado de fundo consolidado de não controladores	0,00	-	0,00	
Prejuízo fiscal aproveitado no exercício	1,12	2.155	-0,88	(619)
Efeito de alíquotas diferenciadas para entidades financeiras	8,01	15.411	3,21	2.251
Incentivos fiscais	-0,29	(559)	-0,73	(510)
Despesas não dedutíveis	0,17	335	0,59	417
Efeito de despesas de entidades do lucro presumido	5,74	11.049	11,06	7.756
Efeito de majoração de alíquota - Lei 13.169/2015	-4,95	(9.519)	0,00	-
Efeito de transações com entidades relacionadas eliminadas na consolidação	-3,21	(6.171)	-2,92	(2.048)
Efeito de base fiscal para entidades do lucro presumido	-8,53	(16.411)	-13,73	(9.629)
Outros efeitos	-3,37	(6.478)	6,99	4.898
Imposto de renda e contribuição social	29,54	56.866	38,61	27.067

22 Patrimônio líquido

(i) Capital social e Reserva de capital

O capital social da XP Controle 2, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 85.810 (em 2014 R\$ 21.823) dividido por 25.467.029 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 23.146.261 ações de propriedade da XP Controle Participações S.A.; 1.812.369 de propriedade da GA Financeira XP S.A., 247.141 de propriedade da GA Investimentos XP S.A., 229.907 de propriedade da Astic BD Holding Financeira S.A. e 31.351 de propriedade da Astic Holding não Financeira S.A..

O patrimônio líquido consolidado foi constituído pela consolidação do patrimônio líquido da XP Controle 2, acrescido do percentual de participação minoritária (39,95%) (vide Nota Explicativa nº 1) na holding XPHI e na XP CCTVM, além da parcela de participação de executivos do Grupo XP no patrimônio de algumas empresas operacionais não financeiras.

Em AGE de 30 de dezembro de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 942.697 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão total de R\$ 45.521, à conta capital social.

Em AGE de 29 de setembro de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 380.459 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão total de R\$ 17.219.

Em AGE de 28 de agosto de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 1.146.631 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 43,6060 por ação, sendo R\$ 1.147, destinados à conta capital social e R\$ 48.853 destinados à conta reserva de capital, a título de ágio na subscrição de ações.

Em AGE de 28 de março de 2014, foi aprovada a subscrição de 1.033.241 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia para a GA Financeira XP S.A., no montante de R\$ 42.775. Adicionalmente, foi aprovada outra subscrição de 140.896 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia para a G.A. Investimento XP S.A., no montante R\$ 5.833, totalizando no final do período uma subscrição de 1.174.137 ações ordinárias no montante de R\$ 48.608, dos quais até 30 de junho de 2014 havia sido integralizado o montante de R\$ 100, destinado à conta de capital social, e R\$ 22.952 à conta de reserva de capital. O montante remanescente foi integralizado em 15 de dezembro de 2014 à conta de reserva de capital.

Resumo das ações ordinárias e preferenciais:

	Quantidade de ações ordinárias	
	2015	2014
Quantidade de ações em 1 de janeiro	22.997.242	21.823.105
Quantidade de ações emitidas - caixa	2.469.787	1.174.137
Quantidade de ações em 31 de dezembro	25.467.029	22.997.242

(ii) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado no balanço individual da controladora XP Controle 2.

A reserva estatutária é constituída pelo saldo remanescente do lucro líquido apurado no balanço após as destinações legais.

(iii) Distribuição de lucros

É assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do lucro líquido do período após as destinações específicas.

O contrato social de algumas empresas não financeiras, controladas pela XP Controle 2, permite a distribuição de dividendos desproporcionais em favor dos minoritários executivos do Grupo XP. O efeito dos dividendos desproporcionais contabilizado no patrimônio líquido das controladas da XPHI afetou o resultado do período e consequentemente está refletido na demonstração de resultado consolidada, na rubrica despesas de pessoal (Nota 27).

A XP Controle 2 declarou dividendos no período no montante de R\$ 81.953 (2014: R\$ 33.041) pagos ao controlador. Parte desse montante, R\$ 71.323, foi distribuída sob a forma de antecipação de lucros. O restante dos dividendos, no valor de R\$ 10.630, foi distribuído a partir da conta de reserva de lucros.

Durante o exercício foram declarados pelas empresas controladas pela XP Controle 2 aos acionistas não controladores dividendos no montante de R\$ 27.789 (2014: R\$ 16.646).

23 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015, assim como as transações que influenciaram o resultado no período findo em 31 de dezembro de 2015, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre empresas XP Controle 2 e suas controladas com seus sócios e profissionais-chave da Administração.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Essas operações incluem: (i) prestação de serviços de educação, consultoria e assessoria empresarial; (ii) assessoria e consultoria financeira em geral; (iii) administração de recursos e prestação de serviços na área de gestão de carteiras; (iv) prestação de serviços na área de tecnologia da informação e processamento de dados; e (v) prestação de serviços na área de seguros.

As transações entre as partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos e taxas médias usuais do mercado e em condições de comutatividade.

Abaixo segue a demonstração das operações entre partes relacionadas.

	31/12/2015		31/12/2014	
	Ativos (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivo)	Receitas (Despesas)
XP Controle Participações S.A. (Controladora)				
Fornecedores	(2.851)	-	1	-
XP Holding Investimentos S.A. (Controlada)				
Operações de mútuo com acionistas preferencialistas da XP Controle S.A.	974	83	-	-

(i) Honorários da diretoria

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração do pessoal-chave da Administração		
Honorários da diretoria	2.150	1.421
Dividendos	1.403	-

(ii) Ações detidas pelos controladores e administradores

São diretores estatutários da XP Controle 2 e também acionistas controladores da XP Controle, possuindo um total de 70,58% do capital votante desta última:

- Julio Capua Ramos da Silva
- Guilherme Dias Fernandes Benchimol

24 Provisões e contingências passivas

As empresas controladas pela XP Controle 2 encontram-se envolvidas em processos de natureza trabalhista, tributária e cível. Com base em pareceres de seus advogados internos, a Companhia constitui provisões para perdas nas ações consideradas como de perda provável.

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para processos judiciais trabalhistas	2.513	1.598
Provisão para processos judiciais cíveis	127	489
Total de provisão para processos judiciais	2.640	2.087

Processos judiciais trabalhistas

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	1.598	951
Constituição	1.175	813
Reversão/ Pagamentos	(260)	(166)
Saldo Final	2.513	1.598

Processos judiciais cíveis

Os processos cíveis em sua maioria envolvem discussões sobre (i) perdas financeiras ocorridas no mercado de ações; (ii) gestão de carteira; bem como (iii) supostos prejuízos gerados a partir do reenquadramento da carteira de investimento do cliente.

Processos judiciais tributários

Em 2014, a XP CCTVM desembolsou a quantia de R\$ 210, para quitar, com o Município do Rio de Janeiro, todo o parcelamento relacionado à cobrança de ISS sobre a renda de corretagem, referente ao período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003. Cabe ressaltar que o prazo final para tal quitação era 2017.

No mesmo período, a XP CCTVM desembolsou R\$ 2.568, referentes ao débito do auto de infração, lavrado em 28 de julho de 2011, decorrente do não pagamento de IRPJ e CSLL sobre a valorização dos títulos patrimoniais da Bolsa de Valores, apurados até a data da desmutualização da BM&FBovespa. O valor pago era de responsabilidade do antigo controlador e foi devidamente reembolsado à XP CCTVM.

Em 2014, a XP CCTVM foi atuada pela Receita Federal por exigência de contribuições previdenciárias em virtude de pagamentos a título de participação nos resultados para empregados, supostamente, em desacordo com a Lei nº 10.101/00. Atualmente, os autos do processo encontram-se na Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário aguardando a interposição de recurso voluntário pela XP CCTVM. Importante destacar a existência de precedentes favoráveis do CARF sobre o tema e a contração de pareceres jurídicos que sustentam a defesa da XP CCTVM. Há ainda a possibilidade de questionamento da cobrança no Judiciário pela XP CCTVM. Na avaliação dos assessores jurídicos contratos pela XP CCTVM a probabilidade de perda foi classificada como possível no montante de R\$ 12.571.

25 Receitas operacionais líquidas

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Receitas brutas de prestação de serviços ^(a)	403.683	301.809
Receitas brutas com instrumentos mantidos para negociação	300.435	142.023
Outras receitas brutas	6.940	5.457
Impostos totais sobre receitas	(49.896)	(29.467)
Total	661.162	419.822

^(a) Inclui majoritariamente: (i) receitas de corretagem com operações em bolsas, (ii) receitas auferidas pela XP CCTVM de comissão de colocação de títulos e fundos negociados em Bolsa e (iii) receitas de taxa de administração, gestão e performance de fundos e clubes, auferidas pela XP CCTVM na distribuição de fundos por conta e ordem de gestores independentes e pela XP Gestão pela gestão de fundos XP.

26 Custos operacionais

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Custos de comissões	(154.715)	(108.967)
Perdas e provisões operacionais^(a)	(5.780)	(724)
Outros custos	(32.554)	(24.032)
Erros operacionais ^(b)	(7.038)	(6.747)
Custos com serviços financeiros	(10.240)	(8.181)
Outros	(15.276)	(9.104)
Total	(193.049)	(133.723)

^(a) Refere-se principalmente a perda com clientes inadimplentes decorrentes de operações em bolsa.

^(b) Erros operacionais são resultantes de indenizações pagas a clientes pela XP CCTVM, na sua maioria derivada de erros na execução de ordens por falhas de sistema ou pessoas.

27 Outras receitas/(despesas) operacionais

Participação nos lucros

O Grupo XP possui programa de participação nos lucros e/ou resultados para seus funcionários. Esse programa não é extensível para a diretoria. Essa participação tem como data-base os meses de junho e dezembro. Em 31 de dezembro de 2015, foi apurado um montante de R\$ 88.341 (R\$ 47.493 em 31 de dezembro de 2014), classificada em despesa de pessoal, conforme a seguir.

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Despesas de pessoal	(180.711)	(127.154)
Benefícios	(6.685)	(7.572)
Encargos sociais	(13.391)	(13.263)
Proventos	(51.862)	(47.192)
Honorários diretoria	(2.150)	(1.419)
Treinamento	(230)	(567)
Remuneração estagiários	(1.099)	(1.684)
Programa de participação no lucro e resultados	(88.341)	(47.493)
Dividendos desproporcionais ^(a)	(16.920)	(7.736)
Outras	(33)	(228)
Despesas de tributárias	(4.485)	(2.790)
Outras despesas administrativas	(88.926)	(74.403)
Despesas de aluguéis ^(b)	(11.823)	(12.624)
Despesas de comunicação	(6.857)	(6.205)
Despesas de processamento de dados	(29.611)	(19.552)
Despesas de propaganda e publicidade	(6.980)	(3.506)
Despesas judiciais e legais	(4.474)	(5.083)
Despesas de serviços de terceiros	(9.469)	(7.117)
Despesas de serviços técnicos especializados	(7.056)	(4.358)
Despesas de viagens	(4.998)	(4.741)
Outras despesas administrativas	(7.658)	(11.217)
Despesas de amortização e depreciação	(6.423)	(4.682)
Outras receitas operacionais	5.915	652
Recuperação de encargos e despesas	1.314	52
Reversão de provisões operacionais	-	11
Outras	4.601	589
Outras despesas operacionais	(8.350)	(9.914)
Incentivo fiscal	(547)	-
Juros incorridos	(24)	(842)
Multas	(2.736)	(288)
Perda na alienação de outros valores e bens	(385)	(786)
Outras	(4.658)	(7.998)
Total	(282.980)	(218.291)

^(a) O contrato social de algumas empresas não financeiras, controladas pela XP Controle 2, permite a distribuição de dividendos desproporcionais em favor de sócios minoritários, executivos do Grupo XP. O efeito dos dividendos desproporcionais contabilizados no patrimônio líquido das controladas da XPHI afetou o resultado do período e, conseqüentemente, está refletido na demonstração de resultado consolidada, na rubrica despesas de pessoal.

^(b) Os pagamentos futuros mínimos não canceláveis em 2015 são R\$ 11.598, dos quais R\$ 6.855 são devidos no prazo de ano e R\$ 4.743 de 1 a 5 anos.

28 Informações por segmento

A XP Controle 2 fornece a seus clientes pessoas físicas e jurídicas os mais variados produtos de instituições financeiras que atuam tanto no mercado local como internacional, seja em renda fixa, ações, fundos de investimento, vida ou previdência privada, além de oferecer uma variedade de serviços, através das empresas do grupo.

Os atuais segmentos operacionais da XP Controle 2 estão descritos a seguir:

- Varejo;
- Institucional; e
- Outros;

Varejo: O resultado deste segmento decorre da ofertas de diversos produtos - inclui ações, futuros e outros derivativos, renda fixa, fundos de investimento, fundos imobiliários, fundos de previdência e seguros – e serviços complementares à uma base de clientes pessoa física e pessoa jurídica não institucionais. Os clientes são atendidos através de plataformas eletrônicas, um time de assessores internos e uma rede de agentes autônomos de investimento.

Corretagem Institucional: O resultado deste segmento decorre da corretagem de produtos financeiros para clientes institucionais, que incluem fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização.

Outros: Neste segmento estão concentrados o resultado dos negócios do Grupo XP que não estão inclusos nos segmentos de Varejo e Corretagem Institucional. Entre eles, os mais representativos são (i) a originação, estruturação e distribuição de ofertas públicas de títulos e valores mobiliários (“mercado de capitais”) e (ii) publicidade, através do portal Infomoney.

Não houve alterações nos segmentos reportáveis ao longo do exercício compreendido por estas demonstrações financeiras.

	31/12/2015			
	Varejo	Institucional	Outros	Total
Receitas Operacionais Brutas	496.226	131.917	57.312	685.455
Impostos totais sobre receitas	(33.596)	(8.902)	(4.334)	(46.832)
Receitas Operacionais Líquidas	462.630	123.015	52.978	638.623
Custos Operacionais	(205.249)	(41.697)	(12.923)	(259.869)
Resultado operacional Bruto	257.381	81.318	40.055	378.754

	31/12/2014			
	Varejo	Institucional	Outros	Total
Receitas Operacionais Brutas	269.293	89.536	60.785	419.614
Impostos totais sobre receitas	(18.919)	(4.966)	(5.448)	(29.333)
Receitas Operacionais Líquidas	250.374	84.570	55.337	390.281
Custos Operacionais	(139.223)	(33.039)	(9.299)	(181.561)
Resultado operacional Bruto	111.151	51.531	46.038	208.720

	Reconciliação das receitas operacionais líquidas	
	31/12/2015	31/12/2014
Total Receitas Operacionais Líquidas segmentos	638.623	390.281
Receita financeira sobre caixa próprio ^(a)	39.164	27.288
Outros ajustes	(16.625)	2.253
Total Receitas Operacionais Líquidas consolidado	661.162	419.822

^(a) Para fins gerenciais, a Companhia realoca o rendimento do caixa próprio (calculado pelo caixa diário médio multiplicado pelo CDI do dia) de receitas totais para receitas financeiras.

	Reconciliação do resultado operacional bruto	
	31/12/2015	31/12/2014
Total Resultado Operacional Bruto dos segmentos	378.754	208.720
Receita financeira sobre caixa próprio ^(a)	39.164	27.288
Remuneração variável áreas de negócio ^(b)	66.388	44.476
Outros ajustes	(16.193)	5.615
Resultado Operacional Bruto consolidado	468.113	286.099

^(a) Para fins gerenciais, a Companhia realoca o rendimento do caixa próprio (calculado pelo caixa diário médio multiplicado pelo CDI do dia) de receitas totais para receitas financeiras.

^(b) Para fins gerenciais, a Companhia realoca a parte do PLR que é incorrida com funcionários de áreas comerciais e produtoras da linha de despesas de pessoal para custos operacionais.

Adicionalmente segue abaixo quadro com a abertura das receitas operacionais líquidas do varejo.

	Receitas de varejo	
	31/12/2015	31/12/2014
Renda Fixa	127.574	35.705
Renda Variável	146.878	118.834
Floating	62.735	46.489
Produtos Financeiros	70.979	11.883
Fundos	50.693	38.765
Outros	37.367	17.617
Impostos sobre receitas	(33.596)	(18.919)

Total	462.630	250.374
--------------	----------------	----------------

Nenhum cliente externo representou mais de 10% do lucro operacional líquido da Companhia para todos os anos apresentados.

A informação geográfica analisa as receitas e os ativos não circulantes da Companhia pelo país de domicílio da Companhia e outros países. Ao apresentar a informação geográfica, a receita do segmento baseou-se na localização geográfica dos clientes e os ativos do segmento foram baseados na localização geográfica dos ativos.

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas	468.113	286.099
Brasil	430.430	271.022
Estados Unidos	37.683	15.077
Ativos não circulantes ^(a)	146.145	25.671
Brasil	144.788	24.658
Estados Unidos	1.357	1.013

^(a) Inclui ativo imobilizado, intangível e investimentos.

29 Lucro por ação (básico e diluído)

O lucro por ação básico e diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos controladores pelo número médio de ações em circulação durante o período (excluem-se as ações mantidas em tesouraria).

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	75.804	23.588
Quantidade média de ações em circulação (mil unidades)		
Ações ordinárias	23.385	22.717
Quantidade média em circulação	23.385	22.717
Lucro atribuível à controladora para ações ordinárias	75.804	23.588
Lucro por ação - básico e diluído		
Ações ordinárias	3,24157	1,03832

30 Participação de acionistas não controladores

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das controladas do Grupo que tem participação material de acionistas não controladores, antes de quaisquer eliminações intra-grupo.

			31/12/2015	
	XP CCTVM	XPHI	Outras controladas imateriais	Total
Percentual dos não controladores	39,95%	39,95%		
Ativo	2.460.438	188.347		
Passivo	2.024.724	77.203		
Patrimônio Líquido	435.714	111.144		
Patrimônio Líquido atribuíveis aos não controladores	174.068	44.402	2.276	220.746
Receita	519.329	13.934		
Resultado	87.221	35.593		
Outros resultados abrangentes - ORA	(6)	9.548		
Total resultado abrangente	87.215	45.141		
Resultado alocado para os não controladores	34.842	18.034	6.941	59.817
Fluxo de caixa das atividades operacionais	210.528	8.783		
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(152.092)	(8.586)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (dividendos para não controladores)	(33.533)	2.629		
Aumento/(diminuição) líquidos de caixa e equivalentes de caixa	24.903	2.826		

			31/12/2014	
	XP CCTVM	XPHI	Outras controladas imateriais	Total

Percentual dos não controladores	41,24%	41,24%		
Ativo	1.962.290	65.044		
Passivo	1.580.258	467		
Patrimônio Líquido	382.032	64.577		
Patrimônio Líquido atribuíveis aos não controladores	157.550	26.632	241	184.423
Receita	347.763	402		
Resultado	26.339	13.727		
Outros resultados abrangentes - ORA	-	5.722		
Total resultado abrangente	26.339	19.449		
Resultado alocado para os não controladores	10.862	8.021	572	19.455
Fluxo de caixa das atividades operacionais	25.018	(1.145)		
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(7.979)	5.943		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (dividendos para não controladores)	(32.450)	(3.348)		
Aumento/(diminuição) líquidos de caixa e equivalentes de caixa	(15.411)	1.450		

31 Outras informações

Entidades estruturadas não consolidadas são entidades que a Companhia não consolida por não ter controle sobre elas, mas que têm um envolvimento contratual e não contratual e proporcionam variabilidade de retornos decorrentes do desempenho. A Companhia tem um envolvimento com entidades estruturadas através da gestão de fundos de investimento e carteiras que geram taxas de gestão.

Os fundos de investimentos mantidos pela Companhia, que têm como natureza e envolvimento, a geração de taxas de administração e investimentos em cotas de fundos, cujos ativos dos fundos administrados e não consolidados, em 2015, foram de R\$ 7.910.356 (2014 – R\$ 4.528.444) e as receitas auferidas, em 2015, de R\$ 50.917 (2014 – R\$ 50.922).

A tabela a seguir apresenta uma análise dos valores contábeis das participações detidas pela Companhia em entidades estruturadas não consolidadas. A exposição máxima a perdas é o montante de ativos registrados.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fundos de investimentos	24.448	34.099

32 Eventos subsequentes

(i) Com o objetivo de proporcionar a simplificação societária e possibilitar o aproveitamento de sinergias, redução de custos financeiros, operacionais, administrativos e aumentar os meios de aproveitamento dos recursos disponíveis para amplificação das perspectivas da expansão dos negócios sociais, a XP Controle 2, seus acionistas e suas controladas e coligadas realizaram uma ampla reestruturação societária durante o segundo semestre de 2016, após a qual a XP Controle 2 passou a deter a totalidade do capital da XPI e da XPHI.

Abaixo estão descritas as etapas da reestruturação que geraram impacto na Companhia.

Em 31 de julho de 2016, a XP Controle 2 emitiu 3.938.013 novas ações preferenciais para um acionista minoritário adquirir a participação que anteriormente possuía na subsidiária XPHI por meio de sua holding, GA Investimentos XP S.A. e Astic BD Holding Não Financeira S.A.. Após esta aquisição, as duas holdings foram incorporadas junto à XP Controle 2 e a XP Controle 2 passou a ser a única acionista da XPHI. Esta reestruturação societária foi contabilizada como uma transação que resultou em alterações nas participações societárias, permanecendo o controle e sem efeitos nos valores de ativos e passivos. O único impacto contábil foi o reconhecimento de um ativo fiscal diferido, com o correspondente aumento no patrimônio líquido no valor de R\$ 17.676, devido ao ágio e outros intangíveis que foram inicialmente contabilizados nas holdings mencionadas acima.

Em agosto de 2016, uma série de reestruturações societárias foi efetuada com o objetivo da XP Controle 2 tornar-se a acionista integral da XP CCTVM. As transações incluem:

1. Emissão de 4.460.846 novas ações ordinárias e 11.291.212 novas ações preferenciais para um acionista não controlador, para a aquisição de duas holdings que possuíam participações na XP CCTVM.
2. Transferência das holdings mencionadas acima para a XP Controle 3, que é a controladora da XP CCTVM.
3. Incorporação das holdings mencionadas acima junto à XP CCTVM

Estas reestruturações societárias foram contabilizadas como uma transação que resultou em alterações nas participações societárias, permanecendo o controle e sem efeitos nos valores de ativos e passivos. O único impacto contábil foi o reconhecimento de um ativo fiscal diferido, com o correspondente aumento no patrimônio líquido no valor de R\$ 104.401, devido ao ágio e outros intangíveis que foram inicialmente contabilizados nas holdings mencionadas acima.

(ii) Em AGE de 04 de julho de 2016, a Companhia aprovou o aumento de capital da XP Controle 2 no montante em R\$ 60.001, o qual passou de R\$ 85.810 para R\$ 145.811, mediante a emissão de 832.998 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela GA XP Participações S.A. em moeda corrente nacional.

(iii) Em AGE de 31 de julho de 2016, como parte da reestruturação societária, a Companhia aprovou o aumento do capital social da XP Controle 2 no montante de R\$ 82.677, o qual passou de R\$ 145.811 para R\$ 228.488, mediante a emissão de 3.938.013 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela GA XP Participações S.A..

(iv) Em AGE de 27 de agosto de 2016, como parte da reestruturação societária, a Companhia aprovou o aumento de capital social da XP Controle 2 no valor de R\$ 15.752, o qual passou de R\$ 228.488 para R\$ 244.240, mediante a emissão de 4.460.846 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e de 11.291.212 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela GA XP Participações S.A..

(v) Em AGE de 24 de outubro de 2016, a Companhia aprovou o aumento de capital da XP Controle 2 no montante de R\$ 10.382, o qual passou de R\$ 244.240 para R\$ 254.622, mediante a emissão de 192.618 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(vi) Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da XP Controle 2, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 254.622 dividido em 30.953.491 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 23.338.879 ações de propriedade da XP Controle e 7.614.612 da GA XP Participações S.A., e 15.229.225 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, todas de propriedade da GA XP Participações S.A..

* * *

Guilherme Dias Fernandes Benchimol
CPF: 025.998.037-48
Diretor
Julio Capua Ramos da Silva
CPF: 893.287.367-49
Diretor
Jairo Luiz de Araujo Brito
Contador CRC RJ-110743/O-4